

ELANE RODRIGUES DO LAGO

**UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS RACIAIS NA RMS SOB A ÓTICA
DA ESCOLARIDADE E DOS RENDIMENTOS**

SALVADOR

2003

ELANE RODRIGUES DO LAGO

**UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS RACIAIS NA RMS SOB A ÓTICA
DA ESCOLARIDADE E DOS RENDIMENTOS**

**Monografia apresentada ao curso de graduação em
Ciências Econômicas Da Universidade Federal da
Bahia como requisito à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.**

Orientador (a): Mirtes Cavalcante de Aquino

SALVADOR

2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a toda a minha família, não só aos meus pais e irmãos, também aos meus tios e primos, que sempre me apoiaram ao longo desse curso.

Conheci pessoas maravilhosas nessa faculdade, como Raimundo Mercês, Eneida, Suzana, Paulo Silveira, Novaes, Maiave Sabrina, Sue e tantos outros. Agradeço a todos eles por tornarem a minha estada nessa faculdade muito feliz e pela ajuda nos momentos mais críticos. Um agradecimento muito especial a Luciano Damasceno que, com uma boa vontade impressionante, elaborou a maioria das tabelas presentes no quarto capítulo deste trabalho.

Ao terminar de escrever a minha segunda monografia nesta faculdade, certamente não falta a quem agradecer, mesmo àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para esse sentido.

Dessa forma, agradeço em muito ao professor Antônio Wilson que, indiretamente, por força de seus atos, me levou ao privilégio de ser orientada pelo professor José Sérgio Gabrielli de Azevedo que, por motivos profissionais, não pôde presidir a apresentação desse trabalho. Mesmo com muitos compromissos, Gabrielli cumpriu com as suas obrigações como orientador e fez isso com muito respeito a minha pessoa. Se é com sofrimento que crescemos na vida, independente da avaliação que possam fazer desse trabalho, é inegável o meu crescimento.

A professora Mirtes Cavalcante de Aquino assumiu a orientação desse trabalho. Agradeço de verdade a forma como fez isso, com muito boa vontade e delicadeza, e, ao mesmo tempo, de maneira competente e extremamente responsável.

RESUMO

Levando-se em conta a heterogeneidade racial existente entre os trabalhadores, este trabalho procura apresentar um perfil da escolaridade e dos rendimentos na ocupação da Região Metropolitana de Salvador. Para isso, em primeiro lugar, é feito uma resenha do tratamento dessas variáveis na literatura técnica brasileira. Logo após, é abordada a desigualdade educacional e de renda entre brancos e negros no Brasil na década de noventa. Por fim, é feita uma análise, que permite verificar o comportamento dessas variáveis de forma mais específica na RMS, utilizando-se, para isso, de dados da PED-RMS.

Palavras-chave: raça-escolaridade, cor-escolaridade, raça-renda, cor-rendimentos, cor-escolaridade-rendimentos.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | A DESIGUALDADE DE RENDA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL | 12 |
| 2.1 | O DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL | 12 |
| 2.2 | A RENDA DO TRABALHO E AS SUAS PRINCIPAIS FONTES DE DIFERENCIAÇÕES DE RENDIMENTOS | 15 |
| 2.3 | OS RETORNOS EDUCACIONAIS: A CAUSALIDADE ENTRE EDUCAÇÃO E RENDA | 17 |
| 2.3.1 | A educação e sua evolução no Brasil | 20 |
| 2.3.2 | Os retornos educacionais entre negros e não-negros | 23 |
| 3 | EDUCAÇÃO, RENDA E MERCADO DE TRABALHO: A HETEROGENEIDADE RACIAL NO BRASIL | 25 |
| 3.1 | DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: A HETEROGENEIDADE RACIAL | 25 |
| 3.2 | EDUCAÇÃO: A HETEROGENEIDADE RACIAL | 28 |
| 3.2.1 | O acesso ao sistema formal de ensino | 28 |
| 3.2.2 | O atraso escolar | 30 |
| 3.2.3 | Escolaridade média | 32 |
| 3.3 | MERCADO DE TRABALHO: A DISCRIMINAÇÃO RACIAL | 35 |
| 3.3.1 | Revisão Teórica | 35 |
| 3.3.2 | Perfil Ocupacional | 37 |
| 3.3.3 | Taxas de participação e desemprego: a evolução ao longo da década | 39 |
| 3.4 | A ESCOLARIDADE <i>versus</i> RENDA NO BRASIL | 42 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 4 | A RMS: PERFIL DA ESCOLARIDADE E DOS RENDIMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO | 47 |
| 4.1 | TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPREGO: EVOLUÇÃO 1997-2001 | 48 |
| 4.2 | PERFIL OCUPACIONAL | 50 |
| 4.2.1 | As principais ocupações do mercado de trabalho na RMS | 50 |
| 4.3 | RENDIMENTO MÉDIO | 54 |
| 4.4 | EDUCAÇÃO E OCUPAÇÃO | 55 |
| 4.4.1 | O atraso escolar | 55 |
| 4.4.2 | Escolaridade média | 57 |
| 4.5 | ESCOLARIDADE <i>versus</i> RENDA | 60 |
| 5 | CONCLUSÃO | 61 |
| | REFERÊNCIAS | 64 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Coeficiente de Gini - Brasil - 1989/1999

Gráfico 2: Número médio de anos de estudo / Brasil: 1960, 1970, 1980, 1990

Tabela 1: Decomposição da desigualdade salarial de acordo com suas fontes principais - Brasil/2002

Gráfico 3: Distribuição da população total e das populações pobres e indigentes segundo a cor / Brasil - 1999

Tabela 2: Evolução Temporal da Razão entre as rendas médias de ricos e pobres segundo a cor do indivíduo / Brasil - 1989/1999

Tabela 3: Freqüência a escola: razão entre as porcentagens de brancos e negros de 7 a 25 Brasil / 1992-1999

Tabela 4: Atraso escolar: razão entre as porcentagens de brancos e negros de 8 a 25 anos Brasil / 1992-1999

Tabela 5: Número médio de anos de estudos: razão entre brancos e negros no Brasil / 1992-1999

Tabela 6: Escolaridade média: razão entre as porcentagens de brancos e negros na população adulta, com 25 anos e mais / Brasil - 1992-1999

Tabela 7: Assalariados por grupo de ocupação: razão entre as porcentagens de brancos e negros / Brasil - Principais Regiões Metropolitanas - 2001

Gráfico 4: Taxa de desemprego: razão entre brancos e negros - Brasil - 1992/1999

Gráfico 5: Taxa de participação: razão entre brancos e negros - Brasil - 1992/1999

Tabela 8: Taxa de Desemprego: razão entre as porcentagens de brancos e negros por escolaridade / Principais Regiões Metropolitanas do Brasil - 2001

Tabela 9: Tempo médio de estudo e rendimento médio: razão entre brancos e negros ocupados por cor / Brasil - 1999

Tabela 10: Tempo médio de estudo e rendimento médio: razão entre brancos e negros ocupados / Regiões do Brasil - 1999

Gráfico 6: Taxa de participação: evolução da razão entre brancos e negros / RMS - 1997/2001

Gráfico 7: Taxa de desemprego: evolução da razão entre brancos e negros / RMS - 1997/2001

Tabela 11: As principais ocupações: participação relativa de brancos e negros / RMS 1997-2001

Tabela 12: Principais Ocupações: renda, escolaridade e idade / RMS/2000

Tabela 13: Rendimento médio: brancos e negros ocupados na RMS - 1997/2001

Tabela 14: Atraso escolar: razão entre o número de negros e brancos de 10 a 25 anos / RMS- 1997/2001

Tabela 15: Escolaridade média: razão entre o número de negros e brancos na população adulta ocupada com 25 anos e mais - RMS / 1997-2001

Tabela 16 : Tempo médio de escolaridade: brancos e negros / RMS / 1997/2001

Tabela 17: Rendimentos* médios: razão entre brancos e negros ocupados de 0 a 18 anos de estudo - RMS / 1997-2001

Tabela 18: Rendimento médio: proporção de aumento em relação aos trabalhadores sem instrução segundo a cor / RMS - 2001

1 INTRODUÇÃO

A distribuição de renda no Brasil é caracterizada por um dos mais elevados graus de desigualdade em relação ao mundo inteiro. Ao se analisar a renda do trabalho, observa-se que os salários crescem, de acordo com cada ano adicional de estudo, a uma taxa bem mais elevada do que a internacional. Esta realidade mostra porque a educação formal vem sendo considerada a característica mais importante para a explicação da desigualdade observada nos rendimentos dos trabalhadores.(FERNANDES, 1999)

Ao lado desse quadro, temos que a nova dinâmica da economia brasileira, na década de noventa, contribuiu de forma significativa para mudanças ocorridas em seu mercado de trabalho. A abertura da economia brasileira, intensificou as transformações estruturais das empresas no país, que ficaram expostas a um ambiente de intensa concorrência. Alguns setores foram incorporados às empresas estrangeiras, ou saíram forçosamente do mercado e/ou redirecionaram as suas atividades para outros segmentos.

As empresas mais dinâmicas e competitivas, que sobreviveram ao ambiente de intensa concorrência, tiveram que adotar uma reestruturação produtiva; incorporando novas tecnologias e redefinindo as estratégias empresariais. Dessa forma, a abertura comercial e, principalmente, as inovações tecnológicas atuaram no sentido de afetar a estrutura salarial do país, ao lado das mudanças na composição da força de trabalho, com uma maior exigência por trabalhadores qualificados.

Apesar do efeito generalizado das mudanças econômicas nos anos noventa em todo o país, os impactos foram regionalmente diferenciados. Na Bahia, o grande significado cultural e político do negro contrastava com a situação de profundas desigualdades econômicas e sociais a que estes estavam submetidos. Na Região Metropolitana de Salvador, existem grandes desigualdades entre negros e brancos¹, que se retratam nas oportunidades

¹ Nesse trabalho, na maioria dos dados estatísticos, para efeitos de simplificação, adotou-se a seguinte divisão entre a cor dos indivíduos: negros - pretos e pardos; brancos - brancos e amarelos.

educacionais; na participação no mercado de trabalho; na distribuição de renda; enfim, na qualidade de vida da população.

A literatura brasileira documenta evidências da situação desigual de negros e brancos no mercado de trabalho. Os estudos sobre esta questão comprovam, na década de 90, que os retornos de rendimentos em relação à educação eram bem menores para os negros no Brasil.

A literatura especializada no que se refere às diferenças existentes no mercado de trabalho da RMS entre brancos e negros – a exemplo Bairros (1985,1998), Barreto (1994, 1998) – apresentou, ao longo das duas últimas décadas, algumas peculiaridades dessa região que a tornam muito interessante para um estudo sobre as desigualdades de rendimentos entre os indivíduos:

- apresentou, na última década, os maiores índices de desemprego do país;
- caracteriza-se por uma forte instabilidade e precariedade na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho;
- apresentou, nas últimas décadas, relevantes impactos devido a uma reestruturação produtiva na economia da região, tendo em vista o crescimento de sua indústria regional;
- trata-se de uma região extremamente pobre e a mais "negra" das regiões metropolitanas do país.

Portanto, esse trabalho apresenta um diagnóstico centrado na raça, educação e renda. Para isso, os próximos capítulos se encontram estruturados da seguinte forma:

Capítulo 2: Apresenta a importância dispensada à desigualdade de renda nas últimas décadas no Brasil, a evolução da sua educação, assim como as principais fontes de diferenciação de rendimentos de uma parcela da renda nacional, a renda do trabalho, além de uma revisão teórica sobre os retornos de investimentos na área de educação.

Capítulo 3: Fornece uma visão geral da desigualdade entre brancos e negros, em relação à educação e distribuição de renda no Brasil, na década de noventa, principalmente no que tange o acesso à escola, a população pobre e indigente, entre outros. Logo após, apresenta uma revisão teórica sobre os estudos referentes a situação do negro no mercado de trabalho, além de estudar alguns indicadores da discriminação existente, como o perfil ocupacional e as taxas de participação e desemprego. Por fim, apresenta uma abordagem sobre a relação entre a educação e rendimentos dos grupos raciais nos anos noventa.

Capítulo 4: utilizando-se da base de dados da PED-RMS, este capítulo apresenta um pequeno diagnóstico centrado nos rendimentos e no nível de educação do trabalhador ocupado no mercado de trabalho na RMS, levando-se em conta a condição racial do trabalhador.

2 A DESIGUALDADE DE RENDA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.1 DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

No Brasil, a maior parte da renda está concentrada em uma pequena parcela da população. Segundo, Pochmann (1998), as transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo da sua história econômica contribuíram de forma significativa para a desigualdade de renda. O país passou rapidamente de um período agrário-exportador para um ambiente urbano-industrial, de modo que o processo geral de concentração de renda no país pode ser interpretado de acordo com a natureza e a forma de construção do padrão de acumulação de capital, assim como pelas características do capitalismo brasileiro, que são motivadas por um movimento de mobilidade social em meio a uma profunda ampliação da elevada desigualdade social.

É sabido que o debate a cerca das desigualdades de renda no Brasil, nas últimas décadas, foi muitas vezes intenso. Nos anos 60, período de crescimento econômico acelerado, esse fato não aconteceu, conforme afirmação de Ramos (1993, p. 5):

O debate econômico e político da época estava centrado nos aspectos relativos às estratégias de promoção de exportações *versus* substituição das importações e exportações de produtos primários *versus* manufaturados, ao invés das conseqüências distributivas do crescimento econômico.

De acordo com Servo (1999, p. 1869):

A questão das desigualdades de renda dominou o debate no Brasil nos anos 70, quando as comparações com os estudos para outros países que levavam a que o Brasil passasse a ser visto como um dos campeões das desigualdades de renda, liderança confirmada ao longo dos anos 70 e 80.

O censo de 1970 indicou que apesar do "milagre econômico", que propiciou um crescimento econômico acelerado no país, a distribuição de renda agravou-se. Havia uma controvérsia em relação à opinião de vários autores. Enquanto alguns acreditavam que o problema da concentração de renda era decorrente da política macroeconômica adotada pelo governo em seu projeto de desenvolvimento sócio econômico do regime militar, outros atribuíam o problema ao movimento de curto prazo da acumulação de capital humano, que não havia se alterado. (AZEVEDO, 1997)

Os trabalhos pioneiros sobre a desigualdade de renda no Brasil aconteceram justamente nessa década, com destaque para Langoni (1973), que considerou como as principais causas da desigualdade de renda a distribuição da educação e a determinação dos seus retornos.

Em seu trabalho, esse autor utilizou como variáveis, a heterogeneidade da força de trabalho com respeito ao nível educacional, idade, sexo, setor de atividade e região de residência. Utilizando estatísticas do IBGE para as décadas de 60 e 70, destacou a ocorrência de um aumento substancial de importância das diferenças em níveis de educação na parcela explicada de renda, passando de 10% em 1960 para 15% em 1970, ou o dobro da participação da segunda variável em ordem de importância, a idade (LANGONI, 1973, p.113). A partir desse trabalho, passaram a surgir outros que buscavam investigar as desigualdades de renda, principalmente na década de noventa².

Ao longo dos anos 80, o debate sobre a distribuição de renda saiu do centro das atenções no país. Os debates passaram a se concentrar na crise do padrão de financiamento da economia brasileira e a adoção de constantes programas macroeconômicos, causadores do processo hiperinflacionário, embora a renda continuasse estagnada e a má distribuição de renda continuasse no país.

² Na década de 1970, o acesso às informações a respeito da determinação dos salários no Brasil era limitado. A partir da década e 1980 com as pesquisas domiciliares do IBGE, as investigações sobre o tema são retomadas. Na década de 1990, com o acesso aos dados mais simples (CD-ROM) houve uma grande disseminação de estudos sobre o tema. (COELHO, 2002)

Enfim, a verdade é que a análise da distribuição de renda no Brasil ao longo das últimas décadas, exhibe o que Barros (2000, p. 33) chama de "estabilidade inaceitável", apesar das diversas transformações e flutuações macroeconômicas ocorridas.

A análise do coeficiente de Gini³ para as últimas duas décadas (Gráfico 1) mostra que entre os anos de 1986 e 1989 o grau de desigualdade apresentou um crescimento acelerado, atingindo nível extremo no final do período, devido à elevada instabilidade econômica presente na época. Em 1989, cerca de 10% das pessoas mais ricas recebiam uma renda média cerca de 30 vezes superior à renda média dos 40% mais pobres. Entre os anos de 1989 e 1992 ocorreu um declínio em relação à média, no grau de desigualdade de renda no país⁴. Após o Plano Real, o nível de desigualdade permaneceu estável e similar ao ano de 1993, mas sempre superior ao valor de 1992.

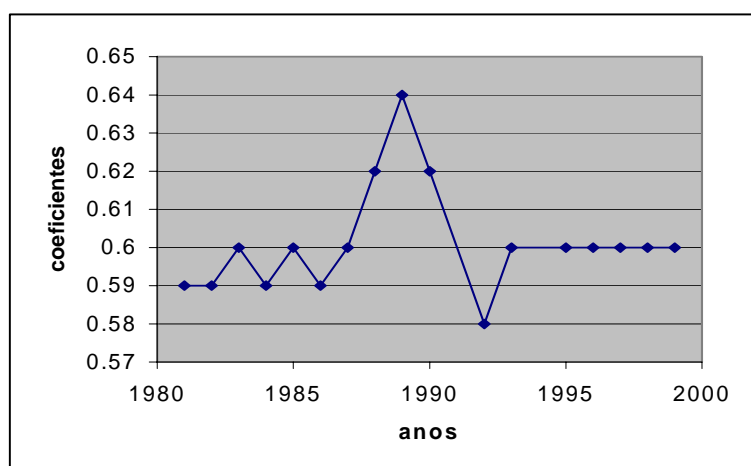


GRÁFICO 1: Coeficiente de Gini - Brasil - 1981/1999

* A distribuição utilizada foi a de domicílios segundo a renda *per capita*.

Fonte: PNAD apud: BARROS (2000)

³ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda.

⁴ Isso também pode ser atribuído ao fato de em 1992 ter ocorrido uma reformulação da pesquisa da PNAD, de modo que o questionário foi redesenhado para que se pudesse melhorar a captação dos rendimentos que não fossem apenas do trabalho. Com isso, foi feita uma abertura progressiva do número de quesitos relativos ao rendimento do não trabalho, investigado em três quesitos antes de se inquirir sobre o valor do rendimento. (ROCHA, 2002, p. 6)

Há uma certa controvérsia entre os autores em relação aos impactos do Plano Real na distribuição de renda brasileira. Para Barros e Mendonça (2000), apesar da pobreza no país ter sofrido uma redução importante, não há evidências de que o Plano Real tenha produzido qualquer impacto significativo sobre a redução no grau de desigualdade de renda verificado. No entanto, de acordo com Pochmann (1998), o êxito do plano de estabilização monetária, aliado ao ajuste privado e o processo de privatização contribuíram para a pequena mudança verificada no perfil de distribuição de renda.

Portanto, independente do debate sobre a distribuição de renda no Brasil ter sido intenso ou não, o fato é que a distribuição de renda sempre apresentou níveis de iniquidade altamente elevados ao longo das últimas décadas, e com relativa estabilidade.

2.2 A RENDA DO TRABALHO E AS SUAS PRINCIPAIS FONTES DE DIFERENCIAÇÕES DE RENDIMENTOS

Quanto a renda do trabalho, Ramos (2001, p. 2) destaca que os salários, rendimentos dos trabalhadores por conta própria e *pro labore* são apenas uma parcela da renda global da economia e se constitui em apenas uma subestimativa da verdadeira desigualdade de renda, mas, por englobar as camadas mais pobres da população, é realmente muito relevante para a compreensão da dispersão de rendimentos.

Um dos mais modernos trabalhos sobre as desigualdades de rendimentos do trabalho é o de Barros, Henriques e Mendonça (2002), que identifica como origens básicas da desigualdade salarial brasileira:

- 1 A diferença de produtividade entre os trabalhadores, característica revelada pelo mercado de trabalho, onde trabalhadores com características individuais similares, mas com diferentes produtividades prestam serviços diferenciados, e, são, conseqüentemente, remunerados de forma distinta. Nesse caso, o mercado revela as

diferenças existentes anteriormente ao ingresso dos trabalhadores no mercado de trabalho;

- 2 A remuneração distinta de trabalhadores com idênticas características produtivas, ou seja, existem formas diferenciadas de trabalhadores que estão provendo serviços equivalentes. A desigualdade se refere aos processos de segmentação e discriminação existentes, geradas no mercado de trabalho.

Para medir a intensidade da contribuição de cada fonte gerada e revelada para a desigualdade de renda observada, os autores utilizaram como metodologia um exercício de decomposição da desigualdade salarial brasileira para essas fontes, apresentado na Tabela 1. O valor associado à determinada fonte indica em quantos pontos percentuais a desigualdade salarial se reduziria caso não existissem diferenças entre os salários. Para isso o exercício de decomposição fixa uma dimensão e eliminam-se as diferenças associadas a todas as outras fontes, identificando-se os poderes explicativos da dimensão isolada.

Tabela 1: Decomposição da desigualdade salarial de acordo com suas fontes principais - Brasil/2002

| FONTES | CONTRIBUIÇÃO |
|---------------------------------------|---------------------|
| Fontes Identificáveis | 59,00% |
| Gerada pelo Mercado de Trabalho | 11,00% |
| Discriminação | 4,00% |
| raça | 1,00% |
| gênero | 3,00% |
| Segmentação | 7,00% |
| formal X informal | 1,00% |
| setorial | 5,00% |
| regional | 1,00% |
| Revelada pelo Mercado de Trabalho | 48,00% |
| Diferenças de experiência na ocupação | 2,00% |
| Heterogeneidade ocupacional | 6,50% |
| Heterogeneidade educacional | 39,50% |
| Fontes Não-Identificáveis | 41,00% |

Fonte: Barros; Henriques e Mendonça (2002)

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, as desigualdades salariais geradas pelo mercado de trabalho correspondem a 11%, entre as fontes observáveis, sendo que a discriminação setorial e por gênero são as que mais influenciam na desigualdade de rendimentos, com 5% e 3%, respectivamente. A discriminação pela cor do indivíduo, a segmentação pela localização regional e pelo setor formal *versus* setor informal correspondem pelas menores contribuições observadas entre as fontes geradas, cada qual com idênticos 1%.

As desigualdades reveladas pelo mercado de trabalho correspondem a 48% do total. A heterogeneidade educacional obtém a maior percentagem, com cerca de 40%, a maior das fontes observáveis da desigualdade salarial brasileira. Mas, o baixo percentual de algumas variáveis não significa irrelevância das mesmas. Segundo os autores, a intensidade do poder explicativo da heterogeneidade da escolaridade dos trabalhadores é tão grande, que domina fortemente a maioria das outras determinações da desigualdade salarial observada.

2.3 OS RETORNOS EDUCACIONAIS: A CAUSALIDADE ENTRE EDUCAÇÃO E RENDA

Com base do trabalho de Lopes (1994), verifica-se que o papel desempenhado pelo nível de escolaridade para explicação da diferenciação de rendimentos entre os trabalhadores tem sido muito destacado na literatura especializada, apesar da importância assumida para a determinação dos rendimentos ser muito diferenciada, a depender do contexto histórico conceitual que se utiliza:

- A teoria neoclássica incorporou a Teoria do Capital Humano, resolvendo em parte, a questão da heterogeneidade do trabalho, na medida em que as explicações das diferenças salariais puderem ser feitas através das diferentes qualidades da mão-de-obra;

- A teoria dual do mercado de trabalho relativizava a importância da educação para a determinação de rendimentos: a educação é importante para o acesso ao mercado de trabalho segmentado. Uma vez dentro do mercado, as diferenças de escolaridade perdem relevância, sendo que outros fatores, como a experiência, habilidades pessoais, referências assumem o papel de influenciar os rendimentos dos trabalhadores;
- A teoria tradicional considerava a educação muito importante para a diferenciação de rendimentos, principalmente por se constituir em uma variável de oferta muito importante em determinados aspectos, como por exemplo: criando preferências por determinados tipos de ocupação, estimulando a oferta; aumentando as oportunidades de emprego onde existam maiores retornos não pecuniários; aumentando as oportunidades de emprego, de um modo geral, e permitindo uma maior rotatividade do trabalhador, etc.

Mas, quanto aos retornos esperados sobre investimentos em capital humano, estes não consistem apenas em obter um nível mais alto de ganhos, como ressalta Ehrenberg (2000); esses retornos também incluem uma maior satisfação no emprego no decorrer da vida e uma maior apreciação pelas atividades e interesses fora do mercado de trabalho.

Do ponto de vista econômico, Leal e Welang (1991, p. 86) chamam a atenção para o fato de a educação ser uma atividade que produz uma melhoria da qualidade do componente humano, tendo conseqüências diretas sobre a produtividade do sistema. Os retornos dos investimentos em educação são captados pela sociedade como um todo, de modo que a educação possui uma "externalidade positiva", na medida em que a sua ação provoca um bem-estar em outras pessoas. Dentre esse e outros aspectos, esses autores consideraram os diferentes efeitos dos retornos educacionais de acordo com os ciclos educacionais no Brasil, para o período de 1976-81 e 1982-86. Os resultados mostraram que os retornos educacionais apresentaram um crescimento entre os períodos, sendo que os níveis educacionais mais elevados apresentam retornos significativamente mais altos que os demais.

Para os trabalhos mais recentes sobre retornos em educação no Brasil, as evidências empíricas para a década de noventa em relação às suas alterações confirmaram que o nível de educação formal é realmente o elemento mais importante para explicar o comportamento da desigualdade de rendimentos entre grupos. O *background familiar*, que atribui ao nível educacional a renda familiar, é considerado um efeito sem muitas implicações nessas questões.

... jovens oriundos de famílias mais ricas tendem a ter mais anos de estudo, em todos os países do mundo, por terem mais condições de arcar com os custos diretos e indiretos na educação. Mas isso não impede que as pessoas mais educadas tenham melhores perspectivas no mercado de trabalho, independentemente de sua renda familiar, devido sua maior produtividade trazida pela educação. Isto só não seria verdade se o rendimento das pessoas dependesse exclusivamente de sua renda familiar, e não de sua educação ou esforço pessoal, o que é uma hipótese difícil de ser aceita. (MENEZES-FILHO, 2001, p. 8)

A própria expansão educacional verificada durante a década de noventa, certamente vista como fundamental no sentido de aumentar a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salário e a redução da pobreza (BARROS, 2002) tem implicações nas mudanças verificadas nos retornos educacionais, que vem apresentado um declínio. A queda dos retornos educacionais demonstra ser resultado, em parte, da própria expansão educacional, que ao aumentar a oferta relativa de pessoas com um nível educacional mais elevado diminui a diferença salarial entre essas pessoas e outras sem nenhuma ou baixa qualificação.

A literatura técnica brasileira destaca como principais determinantes da desigualdade salarial no país _ a exemplo de Barros (2001, 2002) e Fernandes (1999) _ a heterogeneidade de escolaridade entre os trabalhadores e o valor atribuído aos anos de escolaridade adicionais.

a contribuição da educação para a desigualdade salarial é função de dois fatores. Primeiro ela depende da desigualdade educacional. Assim, quanto maior a heterogeneidade da força de trabalho, maior o nível de desigualdade salarial.

Segundo, a desigualdade salarial depende também de como o mercado de trabalho traduz a desigualdade educacional em desigualdade salarial, isto, é, qual o valor monetário que o mercado de trabalho atribui a cada ano adicional de escolaridade. (BARROS, 2002, p.2)

A comparação desses determinantes entre Brasil e Estados Unidos, revela que a desigualdade educacional, medida pela variância da escolaridade média entre os dois países, é cerca de 100% maior no Brasil, enquanto que o valor de um ano extra de educação, medido pela variância dos logaritmos, é cerca de 60% maior no Brasil. (BARROS, 2002, p. 5). Mas, segundo Fernandes (1999), mesmo quando comparado com países subdesenvolvidos, o valor monetário que o Brasil atribui aos anos adicionais de escolaridade é alto, assim como a heterogeneidade educacional verificada.

No entanto, há quem considere muito simplista apenas esses dois fatores como principais determinantes da desigualdade salarial observada no país. Para Ferreira (2000, p. 14) há uma incorreção política ligada a esses determinantes, pois, fatores, como a natureza do sistema educacional, ligadas a financiamentos e qualidade de ensino são de fundamentais importância nessa questão:

A hipótese é que o país encontra-se num equilíbrio Pareto-inferior de um sistema dinâmico onde três distribuições são determinadas simultaneamente: a distribuição de educação, a distribuição de riqueza e a distribuição de poder político. O equilíbrio inferior no qual estaríamos é caracterizado por um círculo vicioso, no qual uma grande heterogeneidade educacional gera uma grande desigualdade de riqueza, que se transforma em grandes diferenças de poder político, que por sua vez geram uma política educacional que perpétua a desigualdade educacional inicial. (FERREIRA, 2000, p. 15)

2.3.1 A educação e sua evolução no Brasil

O sistema educacional do Brasil sempre foi considerado insatisfatório, não apenas nos aspectos relacionados a qualidade de ensino, mas também em relação a indicadores qualitativos. Entre os principais aspectos negativos da educação formal no Brasil, especialmente na década de noventa, podemos destacar (HASENBALG, 2000):

1. O nível médio de escolaridade baixo, com altos índices de analfabetismo e um pequeno número de anos de estudo da população adulta;
2. Alto grau de correlação entre a escolaridade das crianças e a dos seus pais, de forma que não existe apenas falta de oportunidade, mas também limites à mobilidade social no país;
3. Existência de grandes disparidades regionais na escolaridade de crianças;
4. Elevada heterogeneidade educacional.

Apesar desse quadro, o Brasil apresentou nas últimas décadas um avanço na área de educação. Um bom indicador dessa evolução é o tempo médio de escolaridade, demonstrado no Gráfico 2, que apresentou nas últimas décadas uma trajetória ascendente. O tempo médio de estudo do brasileiro em 1960 era de 2,1, evoluindo para 5,0 em 1990.

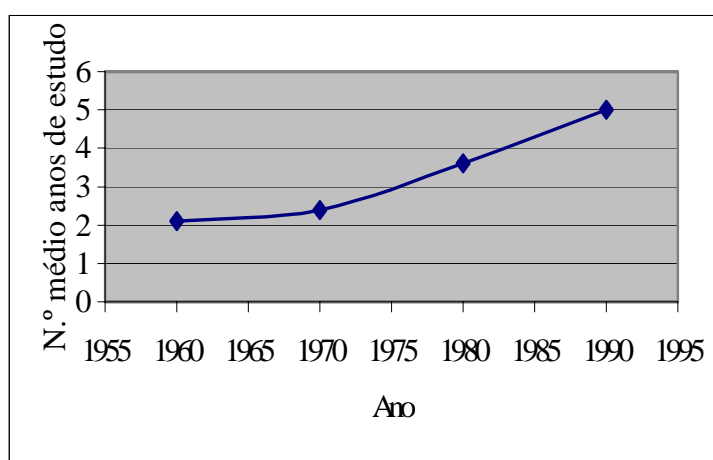


GRÁFICO 2: Número médio de anos de estudo - Brasil 1960, 1970, 1980, 1990

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNAD

A última década foi caracterizada por uma melhoria contínua de indicadores do sistema formal de ensino⁵. Os estudos relativos à evolução da educação no Brasil tendiam, do lado da oferta, a destacar o papel do Estado, via alocação de gastos sociais na esfera educacional e políticas educacionais específicas, para a explicação das melhorias verificadas. Nessa última década, os estudos passaram a destacar o papel da demanda educacional por parte das unidades familiares _ tendo como variáveis chaves, a renda familiar e o custo de oportunidades das famílias manterem os seus filhos na escola _ mas, esses estudos não têm dado relevância ao fato de que a rápida urbanização e transição demográfica do Brasil nas últimas décadas tem tido efeitos na composição social das famílias e na clientela escolar. (SILVA, 2000, p.2)

A transição demográfica, implicando uma redução dos diferenciais de comportamento reprodutivo, resultou em mudanças igualmente rápidas na composição, nos recursos e na estrutura das famílias que redundam em condições sociais mais favoráveis para a população em idade escolar. (SILVA, 2000, p.2)

No entanto, apesar do crescimento observado, isso ocorreu menos do que era esperado, de modo que a melhora relativa verificada é considerada muito pequena, quando comparada a países com o mesmo patamar de desenvolvimento e até mesmo mais atrasados. Sobre essa questão, Lima e Salgado (2003), utilizando-se de estatísticas do Banco de Dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial, do Banco Mundial, afirmam que o Brasil ainda ocupa o último lugar no tempo médio de escolaridade entre os países em processo de desenvolvimento, de forma que um brasileiro possui apenas 45% da escolaridade de um coreano, o primeiro da "fila".

⁵ De acordo com os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), como principais resultados das políticas implementadas na década de 90, observaram-se seguintes tendências positivas: queda substancial das taxas de analfabetismo, especialmente nas faixas mais jovens da população; aumento sistemático das taxas de escolaridade média da população; crescimento acentuado da matrícula em todos os níveis de ensino; melhoria das taxas de transição no ensino fundamental, com queda das taxas de repetência e evasão e aumento das taxas de promoção; melhoria da qualificação dos professores da educação básica; redução dos desníveis regionais em relação aos principais indicadores educacionais. Maiores informações: www.inep.gov.br

Quanto a esse atraso, Menezes-Filho (2001, p. 2) afirma que:

é causado em parte pela diminuição no ritmo de passagem do ensino médio para o ensino superior nas gerações mais recentes e em parte pela evasão escolar entre os mais pobres, que abandonam o sistema antes de concluir o ensino fundamental.

2.3.2 Os retornos educacionais entre negros e não-negros:

Em relação aos principais determinantes salariais, é interessante notar que ao longo das décadas, o papel da educação no processo de mobilidade dos grupos de cor mostrou duas tendências (SILVA, 1994, p. 80): as pessoas negras, mesmo possuindo a mesma origem social de pessoas brancas obtêm níveis de escolaridade significativamente inferiores; e os retornos à escolaridade adquirida, em termos de inserção ocupacional e renda, tendem a ser proporcionalmente menores para pretos e pardos, do que para brancos.

Coelho (2002), em uma resenha sobre os trabalhos referentes aos diferenciais salariais no Brasil, destaca três trabalhos sobre os retornos educacionais entre negros e não-negros:

- Silva (1980): utilizou dados do censo de 1960 para o Rio de Janeiro buscando avaliar a importância da discriminação nos diferenciais salariais entre negros e brancos. Para isso, ele estimou um modelo de capital humano relacionando o rendimento com algumas variáveis explicativas: experiência, estado conjugal, escolaridade, variáveis de lugar, antecedentes locais. Decompondo os diferenciais de renda entre as raças, a discriminação não assumiu valores tão importantes como as variáveis explicativas, mas foi responsável por cerca de 16% na determinação dos diferenciais de renda observados.
- Lovell (1992): utilizou dados do Censo de 1980 para homens com idades entre 18 e 64 anos residentes em nove áreas metropolitanas do país. Os resultados indicaram que as

diferenças salariais eram em favor dos brancos e que as diferenças na dotação de capital humano entre as populações estudadas explicam parte do diferencial encontrado.

- Cavalieri e Fernandes (1998): ao estudarem os diferenciais de renda entre negros e brancos no Brasil, na década de noventa, chegaram a conclusão de que a discriminação contra os negros aumenta sensivelmente com o nível educacional e atinge em sua maior parte as mulheres.

Para que possamos traçar um perfil da escolaridade e dos rendimentos dos negros e não-negros, na década de noventa, para a população ocupada na Região Metropolitana de Salvador, região principal a ser investigada nesse trabalho, é necessário, primeiramente, estabelecer uma comparação, no âmbito do mercado de trabalho, entre essas variáveis nas principais regiões metropolitanas do país. Com isso, podemos avaliar como a Região Metropolitana de Salvador se comporta em relação à discriminação pela cor no mercado de trabalho em formas de educação e renda, comparativamente em relação às demais regiões metropolitanas analisadas. Dessa forma, cabe, primeiramente, investigar a desigualdade de renda e o diferente acervo educacional entre os grupos raciais no Brasil.

3 EDUCAÇÃO, RENDA E MERCADO DE TRABALHO: A HETEROGENEIDADE RACIAL NO BRASIL

A partir desse momento, todas as tabelas presentes nesse trabalho estabelecem a razão entre as participações relativas entre brancos e negros. O objetivo é alcançar resultados que procurem avaliar, quando for o caso, o ritmo das diferenças relativas entre os grupos raciais, em relação a alguns aspectos; e não os percentuais apresentados por cada raça. É importante salientar que a maioria dos dados presentes nesse capítulo utiliza como fonte, de ordem secundária, o trabalho de Henriques (2001), que teve como base de dados a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílios).

3.1 A HETEROGENEIDADE RACIAL NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

De acordo com Barros (2000, p. 26), o extremo grau de desigualdade distributiva é o principal determinante da pobreza verificada no Brasil, de forma que não há, propriamente, uma escassez de recursos, e sim uma desigual distribuição dos recursos disponíveis. Dessa forma, o problema parece não residir na renda *per capita* brasileira e sim no elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos nacionais. Através dos dados da PNUD encontrados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999, o autor mostra que 64% dos países do mundo tem uma renda *per capita* inferior à brasileira e cerca de 77% da população mundial vive em países com renda *per capita* inferior.

A observação da composição da população pobre e indigente⁶ no Brasil, levando-se em conta um recorte racial, revela que ela é composta, em sua grande maioria, por pessoas da raça negra. Como pode ser observado no Gráfico 3, a população branca representa pouco mais da metade da população brasileira, 54%, sendo que 36% e 31% são considerados pobres e indigentes, respectivamente. Os negros, por sua vez, representam cerca de 45% da

⁶ Segundo a metodologia da PNAD, a linha de indigência refere-se aos custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que atente às necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha de pobreza, por sua vez, inclui, além dos gastos com alimento, um mínimo de gastos individuais como vestuário, habitação e transportes. (HENRIQUES, 2001)

população brasileira, mas correspondem quase dois terços da população pobre e indigente (64% e 69%).

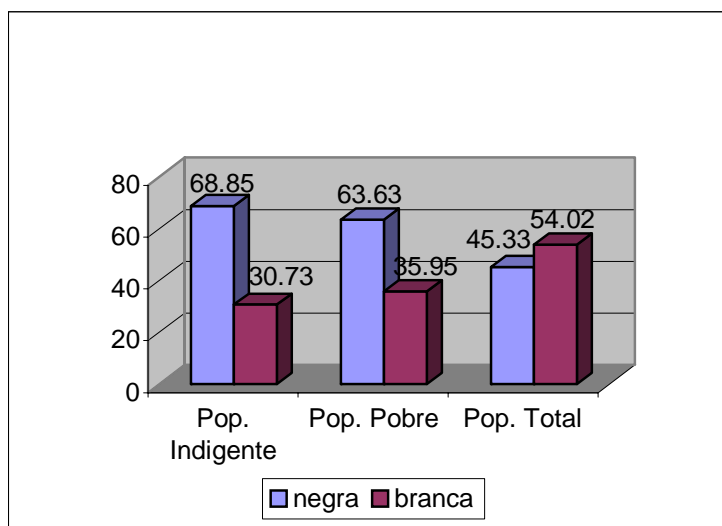


GRÁFICO 3: Distribuição da população total e das populações pobres e indigentes segundo a cor - Brasil / 1999

Fonte: PNAD apud: HENRIQUES (2001)

De acordo com Henriques (2001), os dados da PNAD para a década de noventa revelam que a população negra se encontra, em sua maioria, no segmento de menor renda per capita: de cada dez pessoas no segmento mais pobre da distribuição de renda, oito são negros, e, de cada dez pessoas no segmento mais rico, somente uma é negra. Mas, existia uma maior equanimidade no interior da distribuição de renda dos negros comparativamente ao grupo dos brancos. Dessa forma, o autor sugere a existência de dois países: um "Brasil branco", mais rico e desigual, pois 85% de brancos pertencentes no décimo mais rico da distribuição possuem 87% da renda desse décimo, ao passo que os 15% de negros presentes possuem apenas 13% dessa renda; e um "Brasil negro", mais pobre e equânime, pois os 40% de brancos presentes nesse décimo possuem 5,5% da renda desse mesmo décimo, ao passo que os 59,6% de negros presentes possuem 7% da renda.

Tabela 2: Evolução Temporal da Razão entre as rendas médias de ricos e pobres segundo a cor do indivíduo / Brasil - 1989/1999

| Ano | Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres | | Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres | |
|------|--|--------|--|--------|
| | Negros | Branco | Negros | Branco |
| | 1992 | 15.8 | 19.4 | 20.1 |
| 1993 | 17.7 | 21.6 | 21.4 | 24.6 |
| 1995 | 16.8 | 21.3 | 19.7 | 24.8 |
| 1996 | 17.3 | 21.6 | 21,0 | 26.1 |
| 1997 | 17.3 | 21.3 | 20.7 | 25.3 |
| 1998 | 16.6 | 21.5 | 19.5 | 24.9 |
| 1999 | 16,0 | 20.7 | 18.6 | 24.1 |

Fonte: PNAD apud: HENRIQUES (2001)

A evolução temporal da razão entre as rendas médias de ricos e pobres, ao longo da década de noventa, presentes na Tabela 2, confirmam esse fato. No grupo dos negros, em 1992, 10% das pessoas mais ricas tinham uma renda média 15,8 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. No grupo de pessoas brancas, 10% dos mais ricos tinham a renda média 19,4 vezes maior do que os 40% mais pobres. No final do período, em 1999, o Brasil apresenta-se mais desigual para ambas às raças, pois essa razão sobe para 16,0 e 20,7 para negros e brancos, respectivamente.

A análise da razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres demonstra que os negros tornaram-se mais iguais ao longo da década, pois essa razão era para esse grupo de 20,1 em 1992, diminuindo para 18,6 em 1999. A população branca, por sua vez, aumentou a desigualdade interna, com os 20% mais ricos com renda média 23,4 vezes maior do que a renda média dos 20% mais pobres em 1992, subindo essa razão para 24,1 em 1999.

Esse quadro leva a um problema de argumentação. As políticas sociais do país defendem que, para que ocorra a diminuição da desigualdade de renda, é preciso aumentar o nível

médio de escolaridade da população, de forma que a expansão educacional é vista como um meio de diminuir a desigualdade de rendimento entre os indivíduos.

Porém, o que a Tabela 2 revela é que apesar dos indivíduos brancos possuírem um nível de escolaridade médio significativamente mais alto do que os não-brancos no Brasil, a razão entre as renda média de ricos e pobres mostra que os brancos possuem internamente uma maior desigualdade de renda do que os negros. Mas, esse fato pode ser explicado pelos valores extremos apresentados pelo estrato mais rico da população branca, que eleva a média de rendimentos para o grupo.

3.2 A HETEROGENEIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO

3.2.1 O acesso ao sistema formal de ensino

O nível médio de escolaridade baixo da população brasileira leva a crer que existe uma elevada parcela da população com dificuldades de acesso ao sistema formal de ensino. A educação no Brasil é, de fato, caracterizada por uma intensa seletividade, sendo que a maioria da sua população é excluída dos serviços educacionais.

(...) a distribuição irregular dos serviços educacionais estaria vinculada à permanência de papéis sociais desiguais na sociedade brasileira, em que uns, ' não-iguais ', estão destinados a funções subalternas, menos remuneradas e de menor prestígio social. (MENEZES, 1994, p. 82)

Ao se valorizar um recorte racial em determinadas características da educação do Brasil, nota-se que os indivíduos negros se constituem na parcela da população que mais vivenciam as dificuldades impostas pelo sistema formal de ensino, de modo que são, na verdade, os principais excluídos do sistema formal de ensino. De acordo com Silva (1994), os dados estatísticos para a década de oitenta já confirmavam que, ao longo de suas trajetórias educacionais, pretos e pardos estão expostos a desvantagens vinculadas à sua condição racial, de forma que existem mecanismos que tendem a confinar os não-brancos na

base da hierarquia social, estando as suas realizações educacionais bem próximas dos degraus inferiores do sistema de estratificação. Segundo o autor, utilizando-se de dados da PNAD, em 1980 as taxas de analfabetismo entre as pessoas de 15 a 64 anos eram de 14,5% e 36,5% para brancos e negros, respectivamente. Em relação ao nível superior, 4,2% de pessoas brancas tinham obtido o diploma universitário, ao passo que apenas 0,6% de pessoas negras haviam chegado a esse mesmo patamar.

Para a década de noventa, novamente dados da PNAD, revelam que a porcentagem de pessoas que nunca freqüentaram escola, na idade de 7 a 25 anos, diminuiu progressivamente e os indivíduos brancos, como era de se esperar, possuem as menores porcentagens de pessoas que não possuem qualquer nível de instrução. Existem problemas de dificuldade de acesso a escolas e ingresso tardios tanto para indivíduos negros, como para indivíduos brancos, porém, a população negra encontra-se em pior situação, de modo que as estatísticas revelam que crianças e jovens negros estão expostos a uma série de desvantagens em relação aos brancos.

Tabela 3: Freqüência a escola: razão entre as porcentagens de brancos e negros de 7 a 25
Brasil / 1992-1999

| IDADE | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 7 A 13 anos | 0.46 | 0.47 | 0.46 | 0.45 | 0.46 | 0.47 | 0.50 |
| 14 a 17 anos | 0.76 | 0.78 | 0.76 | 0.74 | 0.70 | 0.73 | 0.74 |
| 18 a 25 anos | 0.94 | 0.94 | 0.94 | 0.93 | 0.94 | 0.93 | 0.95 |

Fonte: PNAD apud: HENRIQUES (2001)

É interessante notar que existem diferentes "ritmos" em relação a participação entre brancos e negros ao longo da década, quando dividida a faixa de idade de 7 a 25 anos de pessoas que nunca freqüentaram escola em três intervalos. A Tabela 3 revela, ao apresentar as razões entre as porcentagens relativas de brancos e negros que nunca freqüentaram escola, que os grupos de pessoas de 14 a 17 anos _ faixa que, teoricamente, sugere que os

indivíduos estejam acabando de passar pelo sistema de ensino do 1.º grau _ e de 18 a 25 anos _ caracterizada por uma grande porcentagem de pessoas adultas incorporadas a PEA, que dificilmente retornam ao sistema formal de ensino _ apresentam um ritmo mais lento de mudanças nas relações entre as participações dos grupos raciais. Os jovens brancos de 18 a 25 que nunca freqüentaram escola apresentavam, em 1992, 94% da participação dos negros nessa faixa de estudos, passando a ter 95% dessa participação em 1999.

Na faixa de idade de 7 a 13 anos _ faixa de freqüência obrigatória à escola e com as menores participações para ambas as raças _ as mudanças nas relações entre as participações dos grupos raciais ocorrem em um "ritmo" mais rápido durante a década do que nas outras faixas apresentadas. No início do período, os jovens brancos representavam 46% dos jovens negros presentes nessa faixa de estudo, de modo que no final do período eles correspondiam a 50% da participação dos negros. Portanto, essa faixa, a que possui a maior desigualdade entre as demais, apresentou mudanças mais significativas entre brancos e negros, o que sugere que as políticas públicas conseguiram agir positivamente nessa faixa de idade, sinalizando que daqui a alguns anos o quadro de pessoas que nunca freqüentaram escola no Brasil tenham participações relativas cada vez menores e com menores diferenças relativas entre brancos e negros.

3.2.2 O atraso escolar

Ao longo da década, a porcentagem de pessoas com atraso escolar diminuiu para brancos e negros. Mas, a população negra apresenta um atraso escolar significativamente superior em relação à população branca. Henriques (2001), utilizando os dados da PNAD, concluiu que as maiores diferenças absolutas em favor dos brancos encontram-se nos segmentos mais avançados do ensino formal: em 1999, dos jovens de 18 a 23 anos, 63% de brancos não completaram o ensino secundário, enquanto que 84% dos negros estão nesse mesmo patamar. No intervalo de jovens de 18 a 25 anos, 89% de brancos não ingressaram na faculdade, enquanto que esse número para os negros é de 98%. Como se vê, os números são alarmantes para negros e brancos, indicando que o atraso escolar é um problema muito sério a ser sanado no país, apesar das melhoras ocorridas ao longo da década.

De acordo com Santos (1994) as crianças não-brancas estão mais sujeitas a ingressar na escola com idade superior à legalmente obrigatória. O ingresso tardio na escola e a repetência atuam cumulativamente, na medida em que as crianças que ingressaram na escola com mais idade estão submetidas a ter uma trajetória escolar mais lenta e acidentada, de forma que esse efeito cumulativo penaliza mais severamente as crianças negras.

Tabela 4: Atraso escolar: razão entre as porcentagens de brancos e negros de 8 a 25 anos
Brasil / 1992-1999

| | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|
| 8 a 14 anos que não completaram a 1.º série do ensino fundamental | 0.41 | 0.42 | 0.4 | 0.44 | 0.4 | 0.44 | 0.47 |
| 11 a 17 anos que não completaram a 4.ª série do ensino fundamental | 0.54 | 0.52 | 0.5 | 0.49 | 0.46 | 0.47 | 0.46 |
| 15 a 21 anos que ainda não completaram a 8.ª série do ensino fundamental | 0.74 | 0.73 | 0.7 | 0.68 | 0.66 | 0.65 | 0.62 |
| 18 a 23 anos que ainda não completaram o ensino secundário | 0.85 | 0.84 | 0.82 | 0.81 | 0.79 | 0.77 | 0.75 |
| 18 a 25 anos que ainda não ingressaram no ensino superior | 0.93 | 0.93 | 0.93 | 0.92 | 0.92 | 0.91 | 0.91 |

Fonte: PNAD apud: HENRIQUES (2001)

A Tabela 4 revela que a razão entre as participações relativas dos grupos raciais entre os jovens de 8 a 14 anos que ainda não chegaram sequer a completar a 1.ª série do ensino fundamental aumentou durante a década. Os indivíduos brancos correspondiam a 41% dos indivíduos negros presentes nessa faixa no início do período, de modo que em 1999, fim do período, correspondiam a 47% dessa participação. Nas demais faixas de idade, o que se observa é uma diminuição gradativa da relação entre as participações dos grupos raciais, o que demonstra que os indivíduos brancos tem conseguido diminuir o problema do atraso escolar, em comparação aos negros.

A faixa de idade de pessoas de 15 a 21 que ainda não completaram a 8.ª série do ensino fundamental apresenta uma maior mudança na relação entre a participação dos

trabalhadores brancos e negros entre as faixas apresentadas: no início da década os brancos correspondiam a 74% da participação dos jovens negros nessa faixa, passando a representar 62% no final do período. É interessante notar que a partir do ano de 1995, após a implantação do Plano Real, a exceção da última faixa, as mudanças nas relações entre as participações relativas de brancos e negros com atraso escolar passam a ocorrer de maneira mais expressiva.

3.2.3 Escolaridade média

Apesar da melhoria dos indicadores nacionais educacionais para os jovens ocorrido na década de noventa, o desempenho não é homogêneo entre as raças. De acordo com Henriques (2001), existe uma estabilidade nas diferenças relativas no número médio de anos de estudos entre brancos e negros, sendo que essa estabilidade não ocorreu somente nessa última década, mas ao longo do século.

... essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens _ a mesma observada entre seus avós (...) a escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros mantém-se absolutamente estável entre as gerações. (HENRIQUES, 2001, p. 27)

A Tabela 5 buscou mostrar a razão entre os anos médios de estudo de negros e não-negros. O resultado revela que, no início do período analisado, os brancos possuíam 64% a mais de anos de escolaridade em relação ao negro. No final do período, em 1999, essa relação cai, de forma que os brancos passam a ter 50% a mais de anos de escolaridade em relação ao negro. Portanto, a relação brancos/negros do número médio dos anos de estudo mostra que ocorreu uma diminuição das diferenças ao longo da década, mesmo que isso não tenha ocorrido de forma a mudar significativamente o padrão do acervo educacional entre brancos e negros.

Ao se analisar o início e fim do período constatamos que os negros tiveram um aumento no número médio de anos de estudo maior que o trabalhador branco, o que logicamente contribuiu para a diminuição do hiato do número médio de estudos entre os grupos raciais.

Tabela 5: Número médio de anos de estudos: razão entre brancos e negros no Brasil / 1992-1999

| Ano | Negros | Branços | Razão |
|------------|---------------|----------------|--------------|
| 1992 | 3.6 | 5.9 | 1.64 |
| 1993 | 3.7 | 6,0 | 1.62 |
| 1995 | 3.9 | 6.2 | 1.59 |
| 1996 | 4.1 | 6.3 | 1.54 |
| 1997 | 4.1 | 6.4 | 1.56 |
| 1998 | 4.3 | 6.6 | 1.53 |
| 1999 | 4.4 | 6.6 | 1.50 |

Fonte: PNAD apud: HENRIQUES (2001)

Os dados presentes na Tabela 6, mostram que existe uma relação inversa entre negros e brancos e a escolaridade média da população adulta: à medida que o número médio de anos de estudos vai aumentando, os negros perdem participação relativa, enquanto que os brancos ganham participação relativa. Segundo Henriques (2001), a melhoria relativa dos negros ocorre justamente nos grupos onde ocorre o melhor desempenho para a média do Brasil. Como foi visto nos dados analisados anteriormente, não só o melhor desempenho relativo é dos brancos, como os níveis absolutos em que os negros se encontram no ano de 1999 são inferiores aos níveis absolutos dos brancos em 1992.

A razão entre a participação de brancos e negros com menos de 4 anos de estudo apresentou uma queda ao longo da década, apesar de não muito significativa: em 1992, os indivíduos brancos representavam 59% dos jovens negros presentes nessa faixa de escolaridade, passando para cerca de 56% dessa participação em 1999. A porcentagem de pessoas com menos de 8 anos de estudo também tem diminuído ao longo da década, de

modo que a razão entre as participações de brancos e negros sofreu uma queda da mesma magnitude da faixa de escolaridade anterior.

Apesar da faixa de pessoas com mais de 11 anos de estudo ter apresentado um ritmo de mudanças entre as raças mais rápido que nos demais, de maneira bem mais significativas, a disparidade entre brancos e negros ainda é muito alta. Os indivíduos brancos estavam presentes em pouco mais de 4 vezes em relação aos negros nos três primeiros anos dessa faixa de estudos, alcançando no final do período 391% dessa participação.

Tabela 6: Escolaridade média: razão entre as porcentagens de brancos e negros na população adulta, com 25 anos e mais / Brasil - 1992-1999

| ESCOLARIDADE | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| menos 4 anos de estudo | 0.59 | 0.58 | 0.57 | 0.58 | 0.56 | 0.56 | 0.56 |
| menos 8 anos de estudo | 0.79 | 0.80 | 0.78 | 0.79 | 0.77 | 0.76 | 0.76 |
| mais de 11 anos de estudo | 4.11 | 4.01 | 4.03 | 3.69 | 3.91 | 4,00 | 3.91 |

Dados: PNAD apud: HENRIQUES (2001)

Dessa forma, os indivíduos, independente da cor que possuem, estão perdendo participação relativa nas faixas de escolaridade mais baixas. Isso sugere que eles estão "migrando" para os níveis mais altos de escolaridade, que sofreram ao contrário dos níveis mais baixos, um aumento de participação relativa, para ambas as raças. Porém, a análise da razão entre brancos e negros revela que os brancos fazem esse "percurso" com uma maior facilidade do que os indivíduos negros.

Portanto, as variáveis de oferta e demanda, apesar de terem atuado no sentido de aumentar o número médio de anos de estudos da população, não conseguiram diminuir as disparidades existentes entre negros e não-negros de forma realmente significativa no Brasil. Barros e Mendonça (2002, p. 13) chamam a atenção para o fato de que a África do Sul, um país que viveu décadas de *apartheid*, mesmo nessa condição, desenvolveu políticas

ativas de expansão educacional que sinalizaram para uma tendência de redução do hiato educacional extremamente significativa entre negros e brancos e com nítidas vantagens em relação ao Brasil⁷.

3.3 A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO MERCADO DE TRABALHO

3.3.1 Revisão Teórica

A literatura brasileira do último século seguiu, basicamente, quatro linhas de interpretação a respeito das desigualdades e relações raciais, revelando importantes diferenças entre os autores (CASTRO, 1998; GUIMARÃES, 1995, 1999).

Para a primeira linha a respeito das desigualdades e relações sociais, o Brasil era um exemplo de "democracia racial", como Vianna (1952) e Gilberto Freyre (1933) (apud CASTRO, 1998) e o preconceito e discriminação jamais existiram no Brasil, como formas ativas de configurar oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos. Para essa linha de interpretação, o passado era o responsável por qualquer preconceito que pudesse existir contra os negros e, não buscavam, portanto, explicações em situações presentes, como os impactos da escolaridade na inserção, posição ou rendimentos dos negros e não-negros no mercado de trabalho.

Para a segunda linha de interpretação, no âmbito do mercado de trabalho, assim como em outros aspectos da vida dos indivíduos, não existiam linhas de cor. A variável cor não tinha qualquer influência nas diferenças de ordem social ou econômica dos indivíduos. A idéia de cor era afetada pela idéia de classe, e, portanto, os contrastes existentes entre os indivíduos não tinham qualquer relação com a condição racial. De uma forma geral, Pierson (1942) e outros que seguiam essa mesma linha – Marvin Harris (1964), Oracy Nogueira (1954),

⁷ A escolaridade média dos negros na África do Sul é significamente semelhante à dos brancos no Brasil e a tendência histórica recente revela que para os grupos mais jovens, o nível educacional da população branca no Brasil está crescendo a uma taxa mais lenta do que a dos não-brancos na África do Sul. (BARROS, 2002, p. 8)

Thales de Azevedo (1955), Roger Baptiste (1959), Charles Wagley (1963) (apud GUIMARÃES 1999) _ outras características como a renda, ocupação, educação seriam mais importantes que a condição racial para explicar as disparidades sociais. Como se vê, não havia preocupação em associar variáveis como a renda, ocupação e educação com a variável cor.

Abandonando a idéia de democracia racial e defendendo a idéia de que o preconceito de cor era realmente racial e não de classe, Florestan Fernandes (1968) (apud GUIMARÃES, 1999) lidera a terceira linha de interpretação. As idéias desse autor sustentaram pesquisas entre os anos 50 e 60, particularmente no Sul e Sudeste do país. Com as mudanças estruturais ocorridas em São Paulo _ crescimento da produção industrial de massa e a política de substituição das importações _ novas oportunidades de emprego surgiram. Essa nova linha de pesquisa composta, basicamente, por Fernandes (1965 e 1972), Cardoso e Ianni (1960), Ianni (1972) (apud GUIMARÃES, 1995) tentou explicar as formas de integração dos negros na sociedade industrial e acreditava que o preconceito racial e a discriminação existente nessa sociedade eram pré-requisitos da sociedade escravocrata e incompatíveis com as novas bases econômicas, sociais e legais de uma sociedade hierarquizada em classes. Dessa forma, é a partir dessa linha de interpretação que as situações presentes passam a ser vistas como causas para as diferenças raciais existentes.

No final dos anos setenta, os trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva inauguraram a quarta linha de interpretação. De acordo com Santos (2001, p.169), essa linha de interpretação em suas primeiras formulações tinha a marca de um certo dualismo:

... a distribuição geográfica e segregacionista da população confinava os negros nas áreas atrasadas e rurais, assim como as práticas racistas prevalecentes, incluindo-se a violência simbólica, atuavam sistematicamente reforçando valores de exclusão social.

Esse dualismo só foi superado em trabalhos posteriores, já na década de oitenta. No entanto, foram os dados empíricos para o mercado de trabalho baiano, particularmente na

RMS, que realmente confirmaram a reprodução das desigualdades raciais⁸. Essas desigualdades estavam presentes não somente nas condições diferenciadas de ingresso e permanência no mercado de trabalho, mas também na existência de determinados "lugares" destinados aos grupos raciais na estrutura produtiva, de modo que mesmo aqueles que conseguiam acesso aos postos de trabalho nos segmentos mais valorizados tinham que fazer maiores investimentos em educação, recebendo um menor retorno em relação aos rendimentos.

Para a década de noventa, ainda ocorre uma disseminação muito grande de trabalhos relativos à situação do negro no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador. O acesso desigual de brancos e negros em postos de trabalho mais valorizados na estrutura ocupacional é extremamente frisado na literatura baiana.

3.3.2 Posições Ocupacionais

Castro e Barreto (1998), utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMS) no período de 1987-1989, estudaram o acesso de negros e pardos nas ocupações valorizadas no mercado de trabalho industrial moderno e usaram como situação empírica a intensa industrialização ocorrida na Bahia. Os resultados mostraram a existência de "espaços" ocupacionais diferenciados, de acordo com a condição racial do trabalhador. A análise da composição racial das ocupações do mercado de trabalho da RMS revelou que existiam "espaços" cativos para brancos e negros, com as ocupações de comando, expressando poder, e, às vezes, indicando posse dos meios de produção eram reservadas ao trabalhador branco. Em contrapartida, o "espaço" negro na estrutura das ocupações mostrava que eles estavam inseridos, em sua maioria, em atividades manuais da produção que envolvem dispêndio e esforço físico. Por outro lado, existia um leque ocupacional mais amplo para os trabalhadores brancos, que se moviam desde ocupações mais exigentes do ponto de vista da qualificação até àquelas ocupações menos qualificadas.

⁸ Como exemplo, podemos citar Bairros (1985).

Na RMS tanto ao longo da década de 80 quanto na de 90, o trabalhador negro tem uma taxa de participação significativamente superior em relação ao trabalhador branco, mas, essa alta participação não indica em que posições os trabalhadores negros estão inseridos, como ressalta Santos (2001, p. 170):

em que pese à expressiva maioria de negros na PEA e na PIA, o lugar que lhes é reservado na estrutura ocupacional e no mercado de trabalho desfaz qualquer ilusão de equanimidade.

Sansone (2001, p. 113), destaca o fato de que historicamente, o trabalho pesado e indesejável é associado à cor de pele mais escura e com as características negróides, e a cor mais clara às posições administrativas e de escritório. Essa discriminação também é verificada na população ocupada nas principais regiões metropolitanas brasileiras.

Tabela 7: Assalariados por grupo de ocupação: razão entre as porcentagens de brancos e negros / Brasil - Principais Regiões Metropolitanas - 2001

| OCUPAÇÕES | Belo Horizonte | Distrito Federal | Recife | Porto Alegre | Salvador | São Paulo |
|------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------|---------------------|-----------------|------------------|
| Direção e Planejamento | 1.68 | 1.97 | 2.72 | 3.37 | 2.53 | 3.64 |
| Execução | 0.90 | 0.75 | 0.81 | 1.03 | 0.78 | 0.85 |
| Apoio | 0.97 | 0.97 | 1.07 | 0.86 | 0.86 | 0.98 |
| Outros | 0.86 | 1.28 | 0.83 | 1.58 | * | 0.82 |

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais da PED

* A amostra não comporta desagregação para essa categoria

Os dados empíricos para o mercado de trabalho brasileiro, do IBGE, para as principais regiões metropolitanas do país (Tabela 7) revelam que as ocupações de direção e planejamento, segmento do mercado de trabalho que geralmente exige uma maior escolaridade ou qualificação dos trabalhadores, apresentam as maiores diferenças entre brancos e negros, com maior distancia para a cidade de São Paulo, em que os brancos

possuem mais do que o triplo ou 364% da participação dos trabalhadores negros ocupando esses cargos. A região metropolitana que apresenta uma menor diferença entre os grupos raciais, embora ainda muito sensível, é a de Belo Horizonte, em que, os brancos representam 168% da participação dos negros nesses cargos.

A RMS apresenta, entre as principais regiões metropolitanas, a quarta colocação em relação às maiores diferenças em relação aos brancos e negros exercendo cargos de direção e planejamento, com os brancos representando 253% da participação dos negros.

3.3.3 Taxas de participação e desemprego: a evolução ao longo da década

Os dados da PNAD para o tamanho do mercado de trabalho no Brasil, presentes no trabalho de Henriques (2001, p. 35/38), levando-se em conta a condição racial do trabalhador revela a existência de diferentes condições de acesso ao mercado de trabalho, o que logicamente influencia nas diferenças na qualidade das condições de vida de cada raça. O autor observa os seguintes pontos em relação às taxas de participação e desemprego:

- apesar de, no fim do período analisado, a taxa de participação média da população negra ser pouco superior a da população branca, ao longo do período houve uma redução para as duas taxas de participação, com maior perda relativa para os trabalhadores negros; o que reduziu as diferenças raciais beneficiando os brancos a partir de uma trajetória de relativa convergência dos brancos em direção aos negros;
- contingente de desempregados é dividido de forma equânime entre brancos e negros, representando em 1999, um aumento de 67% na quantidade de desempregados para ambas as raças. Mas, como a PEA branca é significativamente superior à dos negros (53,1 milhões e 35,7 milhões, respectivamente) a taxa de desemprego é bastante distinta (10,6% de desempregados negros contra 8,9% de desempregados brancos).

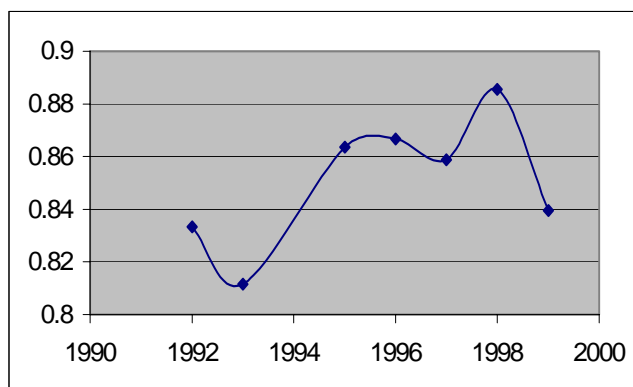


Gráfico 4: Taxa de Desemprego: razão entre brancos e negros - Brasil - 1992/1999

Fonte: PNAD apud: HENRIQUES (2001)

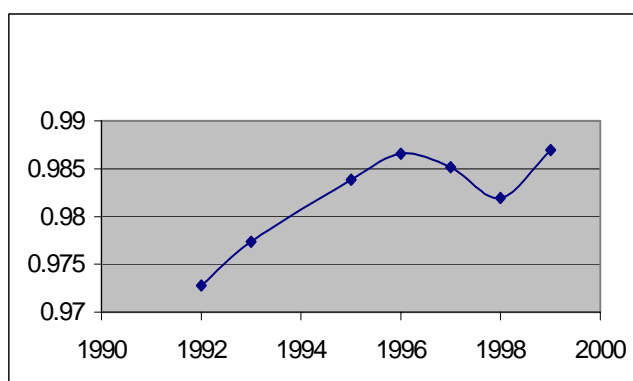


Gráfico 5: Taxa de Participação: razão entre brancos e negros - Brasil 1992/1999.

Fonte: PNAD apud: HENRIQUES (2001)

Os gráficos 4 e 5 confirmam esses pontos, ao mostrar a razão entre as taxas de participação e desemprego entre brancos e negros no Brasil. O resultado, revela que a razão entre a taxa de desemprego, assim como a razão entre a taxa de participação possuem uma tendência ascendente durante a década: Os trabalhadores brancos alcançavam, em 1992, 83% da taxa de desemprego dos trabalhadores negros no mercado de trabalho, alcançando 89% em 1998. Por outro lado, em 1992, os brancos representavam 87% da taxa de participação dos negros no Brasil, alcançando 99%, no final do período analisado.

A influência da escolaridade é, certamente, muito grande na composição dos trabalhadores desempregados no Brasil. Para o ano de 2001, a análise do DIEESE demonstra que as taxas de desemprego são maiores para os negros praticamente em todas as principais regiões metropolitanas do país, com uma única exceção para o Distrito Federal e Recife, quando as taxas praticamente se igualam.

As porcentagens relativas de brancos e negros desempregados, de acordo com a sua faixa de escolaridade, permitem concluir que o nível médio incompleto apresenta as maiores taxas de desemprego entre todas as regiões pesquisadas. A razão entre essas porcentagens demonstra que a Região Metropolitana de Recife apresenta as menores diferenças, com os brancos representando 96% da participação dos negros nessa faixa de estudos. As Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre apresentam as maiores diferenças entre brancos e negros entre as regiões estudadas: os brancos possuíam 66% da participação dos negros nessa faixa.

Tabela 8: Taxa de Desemprego **: razão entre as porcentagens de brancos e negros por escolaridade / Principais Regiões Metropolitanas do Brasil - 2001

| REGIÕES METROPOLITANAS | Analfabeto | Fundamental Incompleto | Fundamental Completo | Médio Incompleto | Médio Completo | Superior |
|-------------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------|
| Belo Horizonte | * | 0.64 | 0.70 | 0.66 | 0.66 | * |
| Distrito Federal | 0.69 | 0.81 | 0.90 | 0.90 | 0.93 | 1,00 |
| Recife | * | 0.93 | 0.94 | 0.96 | 1,00 | * |
| Porto Alegre | * | 0.64 | 0.70 | 0.66 | 0.66 | * |
| Salvador | * | 0.84 | 0.93 | * | 0.78 | * |
| São Paulo | 0.99 | 0.78 | 0.69 | 0.81 | 0.79 | 0.87 |

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais da PED

* a amostra não comporta desagregação para essa categoria

** média de jan-jun/2001

É importante salientar a pequena porcentagem de pessoas desempregadas com nível superior. Isso prova que, que quanto maior o nível de educação formal, maior a probabilidade de uma pessoa estar engajada no mercado de trabalho.

Os dados revelam que a condição de analfabeto é extremamente prejudicial para entrada na ocupação, tanto para os indivíduos negros como para os brancos, nas duas regiões metropolitanas permitiram uma amostra representativa. No Distrito Federal, os brancos detinham 69% da participação de negros desempregados sem qualquer grau de instrução. Em São Paulo essa a diferença entre os grupos raciais é praticamente inexistente, de modo que os brancos representam 99% da participação dos negros nessa faixa.

Enfim, a análise da razão entre brancos e negros desempregados de acordo com o seu nível de instrução permite concluir que independente da participação relativa, na Região Metropolitana de Recife a desigualdade entre brancos e negros é, de uma forma geral, menor do que nas outras regiões, com as razões maiores que 0,9 para todos os níveis de instrução. A RMS apresentou, internamente, maiores diferenças no nível médio completo: os brancos representam 78% da participação dos negros desempregados nessa faixa de estudos. O nível fundamental completo apresentou, por sua vez, as menores diferenças entre os grupos raciais na RMS, com os brancos representado 93% da participação do negro nessa faixa de estudos.

3.4 A ESCOLARIDADE *versus* RENDA NO BRASIL

A análise da Tabela 9, que faz uma comparação entre a escolaridade e rendimentos médios no Brasil em 1999, indica que os trabalhadores brancos possuem 146% do tempo médio de estudo do trabalhador negro e recebem um salário médio que representa 216% do que os trabalhadores negros recebem.

A situação é mais branda quando se compara a escolaridade e os rendimentos dos indivíduos brancos em relação aos pardos. Os brancos possuem a mesma diferença no tempo médio de estudo verificado na população preta, mas têm uma participação no salário médio dos pardos um pouco menor: 207%.

Tabela 9: Tempo médio de estudo e rendimento médio *: razão entre brancos e negros ocupados por cor / Brasil - 1999

| COR | RAZÃO |
|------------------|--------------|
| Branca/preta | |
| Anos de Estudo | 1.46 |
| Rendimento Médio | 2.16 |
| Branca/parda | |
| Anos de Estudo | 1.46 |
| Rendimento Médio | 2.07 |
| Preta/parda | |
| Anos de Estudo | 1,00 |
| Rendimento Médio | 0.96 |

Fonte: IBGE Síntese de Indicadores Sociais 2000

In: DIEESE

* Em Salário Mínimo

Os trabalhadores negros, apesar de terem, em média, o mesmo tempo de escolaridade dos trabalhadores pardos, recebem 95% do salário médio desses trabalhadores.

Essa análise confirma o fato de que, no Brasil, os trabalhadores brancos são mais desiguais do que os negros em relação à distribuição de rendimentos, como foi visto na Tabela 2. Os rendimentos mais altos de uma parcela da população branca parece afetar o rendimento médio total, elevando-o, de forma que o rendimento médio dos trabalhadores brancos é maior do que o rendimento médio dos negros e pardos em uma proporção ainda maior que a escolaridade média verificada. Portanto, esse fato não se deve somente em decorrência da discriminação contra o negro no mercado de trabalho, mas também em decorrência da sensibilidade da média dos rendimentos aos valores extremos encontrados.

O mesmo argumento pode explicar, de acordo com as regiões geográficas do Brasil, as desigualdades salariais relacionadas à educação e rendimentos dos trabalhadores. Barros (1996) atribui a diferença dessa relação entre as regiões brasileiras a dois fatores principais: as diferenças regionais de distribuição da educação e as diferenças regionais de sensibilidade dos salários à educação. Dabos e Psacharopoulos (1999, apud: COELHO,

2002) destacam que as diferenças regionais entre retornos de educação também são devidas as diferentes equações mincerianas⁹ utilizadas para estimar os salários dos trabalhadores.

A Tabela 10 utiliza dados do IBGE para mostrar as relações existentes entre escolaridade e rendimentos nas regiões brasileiras, destacando a cor do indivíduo. A relação brancos/pretos, mostra que na Região Nordeste a desigualdade em relação a esses indicadores apresenta a maior desigualdade existente no país: os brancos possuem 56% a mais do tempo de escolaridade do trabalhador preto. A contrapartida disso é a maior diferença entre o rendimento médio dos ocupados: o trabalhador branco recebe 229% do rendimento médio do preto.

Tabela 10: Tempo médio de estudo e rendimento médio: razão entre brancos e negros ocupados / Regiões do Brasil - 1999

| REGIÕES | Branco/preto | | Branco/pardo | | Preto/pardo | |
|--------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | Anos de estudo | Em Salário Mínimo | Anos de estudo | Em Salário Mínimo | Anos de estudo | Em Salário Mínimo |
| Norte | 1.37 | 1.63 | 1.28 | 1.63 | 0.93 | 1,00 |
| Nordeste | 1.56 | 2.29 | 1.39 | 1.85 | 0.89 | 0.81 |
| Sudeste | 1.42 | 2.10 | 1.37 | 1.95 | 0.97 | 0.93 |
| Sul | 1.26 | 1.85 | 1.40 | 1.91 | 1.12 | 1.03 |
| Centro Oeste | 1.45 | 2.22 | 1.31 | 1.79 | 0.9 | 0.81 |

Fonte: IBGE Síntese de Indicadores Sociais 2000 In: DIEESE

A Região Sul apresenta a menor desigualdade entre as raças em relação aos anos médio de estudo: o trabalhador branco possuía 26% a mais do tempo médio de escolaridade. No entanto, o rendimento médio dessa região ocupa a penúltima posição entre as regiões brasileiras, em relação à desigualdade entre as raças: os brancos recebem 185% do salário médio dos pretos. A última posição, ou a região que apresenta a menor desigualdade de rendimentos entre brancos e negros, é a Região Norte, em que os brancos possuem 163%

⁹ Usualmente, as metodologias adotadas para os trabalhos sobre diferenciação de rendimentos utilizam modelagens econométricas da equação de salários de Mincer, que tem como característica básica o fato de relacionar o logaritmo natural do salário com o investimento em capital humano através dos anos de estudo e experiência (CHAVES, 2001, p. 4)

da renda média dos pretos. Nessa região, os trabalhadores brancos possuem 37% a mais de anos médio de estudos que o trabalhador preto.

A relação brancos/pardos revela maior igualdade. A Região Norte apresenta diferenças menos sensíveis dentre as regiões brasileiras: os brancos possuem 28% a mais do tempo médio de estudo e tem renda média 63% maior que os pardos.

As maiores diferenças entre brancos e pardos encontram-se na Região Sul, em que os brancos possuem 40% a mais do tempo médio de estudo do trabalhador pardo. No entanto, as maiores diferenças entre brancos e pardos em relação aos rendimentos, se encontram na Região Sudeste, com os brancos possuindo quase o dobro (195%) de anos médio de estudos em relação a população parda.

Quanto à relação pretos/pardos, apesar de diferenças não muito acentuadas, há uma superioridade da população parda nos aspectos estudados. Porém, a região Sul apresenta a única exceção: os pretos possuíam 12% a mais de anos médio de estudos que o trabalhador pardo e recebiam 3% a mais que esses trabalhadores.

Considerando a relação entre a escolaridade e a renda como uma proxy de qualidade de vida da população, essa análise revela que existe uma maior distância em relação a esse aspecto entre os indivíduos de cor branca e os indivíduos de cor negra, com nítidas vantagens para o branco nas regiões geográficas brasileiras. Os pardos, ocupam uma posição intermediária, e, embora se apresentem com vantagens em relação ao negro se encontram bem mais próximos destes do que dos brancos.

Antes de se investigar o exame da natureza e profundidade dessas desigualdades qualificando as diferenças no mercado de trabalho, no que tange o nível de escolaridade e rendimentos dos trabalhadores ocupados, convém direcionar a análise para os "espaços" ocupados pelos grupos de cor na RMS

4 O PERFIL DA ESCOLARIDADE E DOS RENDIMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO NA RMS

Nesse capítulo, será realizada uma análise de dados que permitem apresentar um perfil da discriminação existente no mercado de trabalho na RMS, no que tange o diferencial de rendimentos entre os trabalhadores brancos e negros, assim como pelo nível de educação formal. Para efeitos de comparação com os dados apresentados para o Brasil, a maioria das tabelas são compostas da razão entre a participação relativa de brancos e negros em relação a alguns traços da estrutura ocupacional da RMS, de forma a indicar algumas "linhas" de separação entre os grupos raciais.

A análise realizada teve como base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMS), de pessoas entrevistadas de janeiro de 1997 a dezembro de 2001. A PED é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, através da SEI (Superintendência de Estudos Sociais da Bahia), órgão da Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia _ SEPLANTEC _ e da Secretaria do Trabalho e Ação Social _ SETRAS _ em parceria com o DIEESE, a Fundação SEADE e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Faculdade de Ciências Econômicas.

A PED coleta mensalmente informações em 2200 domicílios da RMS, o que resulta na aplicação de cerca de 7000 questionários por mês na área urbana dos municípios que fazem parte da RMS¹⁰.

A PED tem como objetivo apontar estatísticas referentes ao movimento de emprego e desemprego de uma forma mais precisa, de forma a captar diagnósticos que podem não aparecer de alguma forma nos estudos governamentais disponíveis. Os seus dados são de extrema importância, pois permitem análises que levam a configuração de um quadro mais

¹⁰ É importante salientar que os municípios que compõem a RMS são: Camaçari, Candeias, Dias D'ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

conciso da seletividade social, que é expressada no mercado de trabalho, nos diferentes comportamentos dos indivíduos e na condição social a que estão inseridos.

4.1 TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPREGO: EVOLUÇÃO 1997-2001

A Região Metropolitana de Salvador sempre foi caracterizada, desde quando tomada como objeto de estudo nas duas últimas décadas, pela elevada participação do trabalhador negro em seu mercado de trabalho em relação ao trabalhador branco. Bairros (1998), destacou o fato de existirem, na RMS, mercados de trabalhos distintos, ao se valorizar o recorte racial entre os indivíduos, de modo que existem comportamentos distintos na participação de pretos, pardos e brancos, revelando diferentes possibilidades de ingresso e permanência no mercado de trabalho.

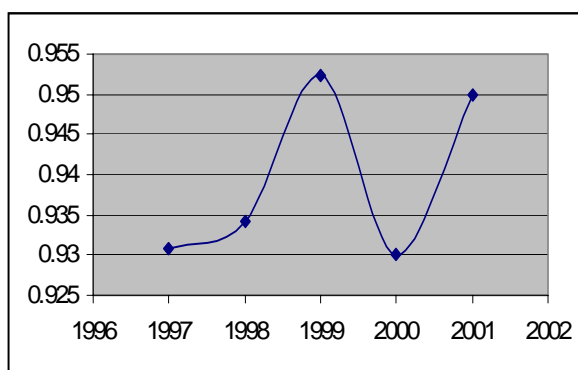


GRÁFICO 6: Taxa de Participação: evolução da razão entre brancos e negros - RMS - 1997/2001

Fonte: PED-RMS **Elaboração Própria**

A evolução da razão entre as taxas de participação¹¹ de brancos e negros, ao longo do período de 1997-2001 mostra que, apesar de existir de fato uma oscilação, ela não ocorre de maneira muito significativa, apresentando-se praticamente estável, com os brancos

¹¹ A Taxa de Participação é a relação entre a PEA (População Economicamente Ativa) e a PIA (População em Idade Ativa).

representando na RMS entre 93% e 95% da taxa de participação dos trabalhadores negros presentes no mercado de trabalho da RMS, seja na condição de ocupado ou desempregado. Mas, apesar disso, esse movimento é um pouco diferente do que foi observado quando considerado a razão entre as taxas de participação entre as raças no mercado de trabalho brasileiro, que apresentou uma tendência ascendente significativa, sinalizando para uma diminuição entre as diferenças entre brancos e negros, com uma trajetória de convergência entre os grupos raciais.

A participação majoritária do trabalhador negro no mercado de trabalho da RMS combina-se com as altas taxas de desemprego¹² existentes nessa região. Portanto, apesar de estar mais presente no mercado de trabalho, o trabalhador negro convive mais com o desemprego do que o trabalhador branco.

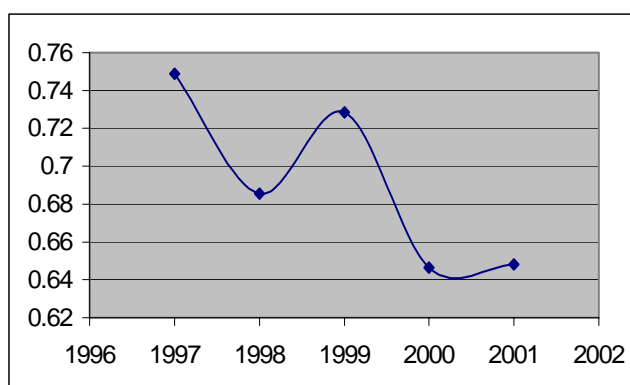


GRÁFICO 7: Taxa de Desemprego: evolução da razão entre brancos e negros/ RMS - 1997/2001

Fonte: PED-RMS **Elaboração Própria**

A evolução da taxa de desemprego entre os grupos raciais mostra, entre 1997-2001, que houve uma queda na evolução da razão entre as taxas de desemprego de brancos e negros e/ou uma queda na participação dos trabalhadores brancos relativamente aos negros na taxa

¹² A Taxa de Desemprego refere-se a relação entre a população desempregada e a PEA.

de desemprego: em 1997, os brancos representavam 75% da taxa de desemprego dos negros presentes no mercado de trabalho, de forma que nos dois últimos anos os brancos representavam apenas 65% dessa taxa.

Dois efeitos contribuíram para essa maior oscilação entre as taxas de desemprego nos grupos raciais: ocorreu um aumento da taxa de desemprego dos negros (22,7% e 28,7% de desempregados negros no início e fim do período, respectivamente), ao contrário da taxa de desemprego dos brancos, que permaneceu praticamente estável durante esse período (17% e 18,6% de desempregados brancos no início e final do período).

4.2 PERFIL OCUPACIONAL

Essa sessão procura qualificar as desigualdades existentes na distribuição dos grupos de cor na RMS na estrutura ocupacional, revelando os espaços reservados à sua participação.

4.2.1 As principais ocupações de negros e brancos na RMS:

As desigualdades entre brancos e negros que se iniciam no acesso a ocupação se aprofundam pelo "lugar" que ocupam os diversos segmentos raciais (BARRETO, 1992). Para que se possa abrir o chamado "leque ocupacional", de forma a examinar de forma mais detalhada relação entre a escolaridade e renda dos trabalhadores na RMS, foram selecionadas as quatorze ocupações principais pela participação percentual no total de ocupações da PED.

A análise das Tabelas 11 e 12, feitas ao mesmo tempo permite verificar as posições ocupacionais em que trabalhadores negros e brancos na RMS estão inseridos, além de apresentarem alguns indicadores dessas ocupações, tais como a renda média, a escolaridade e a idade.

Tabela 11: As principais ocupações ¹³: participação relativa de brancos e negros
RMS 1997-2001

| PRINCIPAIS OCUPAÇÕES | % Total | % Total | % | % | Razão |
|--|---------|---------|------------|------------|-------|
| | Branco | Negro | brancos | negros | |
| Camareiros, empregados domésticos | 5.90 | 94.10 | 6.60 | 20.00 | 0.33 |
| Ocupados do comércio ambulante | 11.30 | 88.70 | 6.40 | 9.50 | 0.67 |
| Vendedores de jornais e revistas | 18.90 | 81.60 | 10.60 | 8.60 | 1.23 |
| Motoristas em geral | 15.10 | 84.90 | 7.90 | 8.40 | 0.94 |
| Administradores e gerentes de serviços e no comércio | 40.00 | 60.00 | 20.10 | 5.70 | 3.53 |
| Faxineiros, lixeiros e serventes | 6.10 | 93.90 | 2.90 | 8.50 | 0.34 |
| Atendentes de bar e lanchonete (copeiros e garçons) | 13.00 | 87.00 | 5.40 | 6.80 | 0.79 |
| Serventes de pedreiros, trabalhadores braçais | 4.90 | 95.10 | 1.90 | 7.20 | 0.26 |
| Apontador, auxiliar de escritório, administrativo e escriturário | 22.70 | 77.30 | 7.60 | 4.90 | 1.55 |
| Assistentes administrativos | 22.70 | 77.30 | 7.20 | 4.60 | 1.57 |
| Cozinheiros | 11.00 | 89.00 | 3.20 | 4.90 | 0.65 |
| Professores de 1.º grau | 23.70 | 76.60 | 6.60 | 4.10 | 1.61 |
| Estagiários | 30.70 | 69.30 | 7.70 | 3.30 | 2.33 |
| Auxiliar de contabilidade e contas a pagar, caixa, pagadores | 23.20 | 76.80 | 5.70 | 3.60 | 1.58 |
| TOTAL | | | 100 | 100 | |

Fonte: PED/RMS Elaboração Própria

Os administradores e gerentes de serviços é a ocupação, entre as selecionadas, que possui uma maior diferença entre brancos e negros, quando avaliado os grupos raciais internamente, com os brancos presentes nessa ocupação em mais de três vezes do número de negros. No entanto, os negros, como se constituem de maior participação no mercado de trabalho, estão presentes em 60% contra 40% de participação dos brancos nessa ocupação. Esse é o agrupamento que possui a melhor remuneração, recebendo o salário médio relativamente alto de R\$1.569,17, e apresentando uma média de idade de aproximadamente 41 anos, além de uma escolaridade média relativamente alta de 11,2 anos de estudo.

Os estagiários apresentam a segunda maior diferença interna entre os grupos raciais, com os trabalhadores brancos presentes em cerca de 2,3 vezes em relação ao número de negros. É importante salientar que os negros estão presentes em 60% dos trabalhadores exercendo

¹³ As ocupações foram selecionadas a partir da listagem da Classificação de Ocupações da PED/RMS, que é composta de um total de 267 categorias.

essa ocupação. Esse agrupamento ocupa a segunda maior média de escolaridade entre as ocupações selecionadas, com média de 11,7 anos de estudos. No entanto, certamente devido a pouca experiência nas funções que ocupam, eles possuem um salário médio relativamente baixo de R\$227,62. Esses trabalhadores são os mais jovens entre todos, com idade média de 21,3 anos.

Tabela 12: Principais Ocupações: renda, escolaridade e idade
RMS/2000

| PRINCIPAIS OCUPAÇÕES | Renda em reais | Escolaridade em anos | Idade em anos |
|--|-----------------------|-----------------------------|----------------------|
| Camareiros, empregados domésticos | 142.30 | 5.05 | 30.83 |
| Ocupados do comércio ambulante | 190.24 | 5.93 | 34.03 |
| Vendedores de jornais e revistas | 443.90 | 8.45 | 34.32 |
| Motoristas em geral | 636.13 | 7.66 | 38.81 |
| Administradores e gerentes de serviços e no comércio | 1.569.17 | 11.23 | 40.81 |
| Faxineiros, lixeiros, serventes | 185.40 | 5.05 | 36.01 |
| Atendentes de bar e lanchonete (copeiros, garçons) | 217.93 | 6.60 | 35.77 |
| Serventes de pedreiros, trabalhadores braçais | 173.15 | 4.48 | 27.18 |
| Apontador, auxiliar de escritório, administrativo e escriturário | 459.38 | 10.91 | 31.19 |
| Assistentes administrativos | 687.17 | 10.84 | 41.01 |
| Cozinheiros | 236.24 | 6.36 | 40.36 |
| Professores de 1.º grau | 455.85 | 12.52 | 36.87 |
| Estagiários | 227.62 | 11.78 | 21.32 |
| Auxiliar de contabilidade e contas a pagar, caixa, pagadores | 479.78 | 10.55 | 30.82 |

FONTE: PED/RMS Elaboração Própria

Os professores de 1.º grau e os auxiliares de contabilidade possuem quase 77% de trabalhadores negros em suas ocupações. Esses agrupamentos ocupam o terceiro lugar em relação às diferenças internas entre os grupos raciais, de forma que os brancos apresentam 61% e 58%, respectivamente, da representação dos negros nessas ocupações. Os professores, com média de idade aproximadamente 37 anos, é o agrupamento com maior média de escolaridade (12,5) anos. No entanto, eles ocupam a sexta colocação em relação aos seus rendimentos, com um salário médio relativamente baixo de R\$455,85. Isso certamente prova a pouca valorização desse segmento no mercado de trabalho. Os

auxiliares de contabilidade, por sua vez, possuem em média 31 anos de idade e recebem um salário médio de R\$478,78, além de possuírem uma escolaridade média de 10,55 anos de estudos.

Nas ocupações de assistentes administrativos, e auxiliares de escritório os negros estão são 77% dos trabalhadores presentes nessas ocupações. Quanto a participação interna dos grupos raciais, os brancos estão presentes em 57% e 55%, respectivamente, da participação dos negros. Os assistentes administrativos possuem em média 41 anos e ocupam o segundo lugar em relação aos rendimentos. Eles recebem um salário médio relativo de R\$687,17 e possuem uma média de aproximadamente 11 anos de estudos. Em relação a essa ocupação, os auxiliares de escritório são um pouco mais jovens, com média de 31 anos de idade e recebem um salário médio relativamente mais baixo, de R\$459,38, além de possuírem uma escolaridade média idêntica de aproximadamente 11 anos de estudos.

Os trabalhadores negros ocupam as posições ocupacionais de *status* social de menor prestígio, sendo que os trabalhadores negros estão presentes em 94%, contra apenas aproximadamente 6% dos trabalhadores brancos nas ocupações de camareiros e empregados domésticos. A distribuição interna revela que os brancos representam apenas 33% da participação dos negros. Esse agrupamento, com média de aproximadamente 31 anos de idade, é o que recebe o menor salário médio mensal, ganhando em média R\$142,30. Os rendimentos dessa ocupação naturalmente espelham o seu nível de investimento em educação, o qual representa um grau de escolaridade relativamente baixo, com apenas até o 1.º grau incompleto, com média de 5,0 anos de estudo.

A segunda maior colocação dos trabalhadores negros está entre os ocupados do comércio ambulante, com quase 89% de participação desse grupo racial. A distribuição interna revela que os brancos representam, proporcionalmente, 67% da participação dos negros exercendo essas ocupações. Esse agrupamento tem uma média de idade de cerca de 34 anos, recebem uma remuneração média de apenas R\$190,24 e possuem a média de aproximadamente 6,0 anos de estudo.

Os faxineiros, lixeiros, serventes; serventes de pedreiros, trabalhadores braçais e os motoristas são também ocupações com uma grande predominância de trabalhadores negros, com 94%, 95% e 85% de trabalhadores negros presentes em seus quadros, respectivamente.

Nas duas primeiras ocupações, a distribuição interna dos grupos raciais revela que os brancos representam 34% e 26%, respectivamente, das participações dos trabalhadores negros. Os faxineiros e lixeiros têm em média 36 anos de idade, possuem cerca de 5 anos de estudo e recebem um salário médio relativamente baixo de R\$185,40.

Os serventes de pedreiros é a ocupação que tem, em média, cerca de 27 anos e possuem a média de 4,4 anos de estudos. Isso espelha o rendimento médio auferido por essa categoria, de apenas R\$173,15, o segundo menor entre as ocupações selecionadas, ficando atrás apenas dos camareiros e empregados domésticos.

Apesar da alta participação dos trabalhadores negros, exercendo a ocupação de motorista, esse é o agrupamento que possuem uma maior equidade entre os grupos raciais, com os brancos representando 94% da participação dos negros nessas ocupações.

Na ocupação de vendedores de jornais e revistas, apesar do grande contingente de trabalhadores negros (81,6%), a distribuição interna revela que os brancos estão presentes em 26% a mais em relação a esse grupo. Essa ocupação possui, em média, 34 anos de idade e têm o tempo médio de estudos de 8,45 anos, recebendo um salário médio de R\$443,90.

A análise das principais ocupações e de seus indicadores de escolaridade e rendimentos, revela que os brancos estão, proporcionalmente, mais presentes que os negros nas ocupações cujos rendimentos médios eram mais elevados, e que exigem um melhor nível de educação formal ou de qualificação, que muitas vezes colocam os seus agentes em posição de comando. Em todos esses segmentos, a presença dos negros, quando avaliado em seu conjunto, é maior do que a dos brancos, mas, análise relativa, mostra a discriminação presente no mercado de trabalho na RMS, com a participação proporcional dos brancos bem maior do que a dos negros nas ocupações de maior *status* social.

4.3 RENDIMENTO MÉDIO

A avaliação dos rendimentos médios dos trabalhadores ocupados na RMS, quando considerada a heterogeneidade racial presente em seu mercado de trabalho revela que os negros encontram-se em um patamar muito inferior. Observando a Tabela 13, tem-se que em 1997, um trabalhador branco recebia um salário médio de R\$ 1.113,66, mais do que o dobro do salário do trabalhador negro, que recebia em média R\$ 489,50.

Tabela 13: Rendimento médio: brancos e negros ocupados na RMS - 1997/2001

| Ano | Brancos | Negros | Brancos/Negros |
|-------------|----------------|---------------|-----------------------|
| 1997 | 1133.66 | 489.50 | 2.32 |
| 1998 | 989.33 | 476.89 | 2.07 |
| 1999 | 951.79 | 454.65 | 2.09 |
| 2000 | 1085.14 | 458.21 | 2.37 |
| 2001 | 1004.03 | 466.49 | 2.15 |

PED - RMS ELABORAÇÃO PRÓPRIA

***Valores reais de março de 2002**

A razão entre esses rendimentos cai nos três primeiros anos e tem o seu ponto mais alto em 2000, com os trabalhadores brancos ganhando, em média, 2,37 vezes a mais do que os trabalhadores negros. Em 2001, essa relação volta a cair para 2,15, média menor do que a verificada no início do período analisado (2,32). Mas, como pode ser observado, apesar da queda das diferenças entre os rendimentos, as "linhas" de separação entre as raças é ainda, extremamente, alta.

4.4 EDUCAÇÃO E OCUPAÇÃO

A análise de alguns dados referentes a determinadas características educacionais da população ocupada na Região Metropolitana de Salvador, permite captar a dimensão racial

e seus efeitos na distribuição de oportunidades educacionais entre os diferentes grupos do mercado de trabalho.

4.4.1 O atraso escolar

Os dados presentes na Tabela 14 permitem captar a existência de diferente acervo educacional entre jovens brancos e não-brancos, até iniciarem a vida adulta na RMS. De acordo com os dados da PED, o atraso escolar entre os trabalhadores ocupados diminuiu sensivelmente entre os anos de 1997 e 2001, tanto para negros como para brancos, com exceção da última faixa, que apresentou um aumento da participação dos trabalhadores negros.

Tabela 14: Atraso escolar: razão entre o número de brancos e negros de 10 a 25 anos
RMS- 1997/2001

| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|---|------|------|------|------|------|
| 10 a 14 anos que não completaram a 1ª série | 0,07 | 0,09 | 0,06 | 0,07 | 0,04 |
| 11 a 17 anos que não completaram a 4ª série | 0,07 | 0,07 | 0,07 | 0,05 | 0,04 |
| 15 a 21 anos que não completaram a 8ª série | 0,12 | 0,11 | 0,09 | 0,07 | 0,06 |
| 18 a 23 anos que não completaram o 2º grau | 0,14 | 0,14 | 0,12 | 0,08 | 0,07 |
| 18 a 25 anos que não ainda não ingressaram no 3º grau | 0,18 | 0,18 | 0,16 | 0,11 | 0,10 |

Fonte: PED/RMS Elaboração Própria

A razão entre brancos e negros em relação ao número de trabalhadores, presentes em cada faixa de escolaridade, demonstra uma queda dessa razão entre os grupos raciais. Na faixa de trabalhadores de 11 a 17 anos, que ainda não chegaram a completar a 4.º série do primeiro grau, em 1997, para cada 100 pessoas, 7 brancos eram brancos. Em 2001, essa relação cai: para cada 100 pessoas nessa faixa, apenas 4 eram brancos.

Nas faixas que indicam um atraso escolar de menor magnitude, a frequência de brancos e negros é, salvo as devidas proporções, mais eqüitativa. Em 1997, para cada 100 trabalhadores com idade entre 18 e 25 anos que ainda não ingressaram na faculdade, 18 eram brancos. No final do período analisado, as diferenças entre os grupos raciais são mais sensíveis: para cada 100 pessoas nesse patamar, 10 eram brancos. Essa faixa é, certamente, a que apresenta diferenças menos sensíveis entre os grupos raciais, mas, de qualquer forma, a disparidade é muito grande, sem contar o fato de que, assim como as outras faixas de atraso escolar, as diferenças crescem a cada ano.

As políticas públicas, de uma forma geral, conseguiram agir positivamente em relação ao atraso escolar entre os trabalhadores ocupados na RMS. Mas, os números mostram que, apesar disso, as disparidades entre os grupos raciais têm crescido a cada ano.

4.4.2 Escolaridade média

Os dados da PED para a população ocupada na RMS, com 25 anos e mais, entre os anos de 1997-2001, revelam que os trabalhadores ocupados são caracterizados por possuírem pouca escolaridade, de modo que a maioria dos trabalhadores possuem menos de 8 anos de estudo.

A análise do número de trabalhadores ocupados, de acordo com as faixas de escolaridade, revela que, apesar da maioria dos trabalhadores ocupados serem negros em todas as faixas de escolaridade apresentadas, avaliando em seu conjunto, os trabalhadores brancos são melhores escolarizados. Além disso, independente da cor, em todas as faixas de escolaridade, os trabalhadores ocupados diminuem participação ao longo do período analisado, exclusive a faixa de trabalhadores com mais de 11 anos de estudo, que obteve um aumento da participação dos negros.

Na análise da razão entre o número de trabalhadores brancos e negros, de acordo com a faixa de escolaridade a que pertencem, observa-se que essa razão diminuiu na RMS ao longo do tempo, com base nos dados apresentados na Tabela 15. Em 1997, de cada 100

pessoas com menos de 4 anos de estudo, apenas 10 eram brancos. No final do período, a distância entre os grupos raciais se acentua: de cada 100 pessoas com esse nível de escolaridade, 7 são brancos.

Tabela 15: Escolaridade média: razão entre o número de brancos e negros na população adulta ocupada com 25 anos e mais - RMS / 1997-2001

| Faixas de Escolaridade¹⁴ | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Menos de 4 anos de estudo | 0.10 | 0.10 | 0.08 | 0.06 | 0.07 |
| Menos de 8 anos de estudo | 0.11 | 0.11 | 0.10 | 0.08 | 0.07 |
| Mais de 11 anos de estudo | 1.02 | 0.90 | 0.79 | 0.72 | 0.47 |

Fonte: PED/RMS Elaboração Própria

Na faixa de trabalhadores com mais de 11 anos de estudo, a relação entre brancos e negros diminui ao longo do período, com as diferenças passando a acontecer em favor dos negros. Em 1997, a diferença entre brancos e negros era quase nula: para cada 100 pessoas com mais de 11 de estudo, existiam 102 trabalhadores brancos. Em 2001, para cada 100 pessoas nessa faixa de estudo, existiam apenas 47 brancos.

Portanto, o crescimento dos trabalhadores negros ocupados com mais de 11 anos de estudo foi um fator muito positivo ocorrido para esse grupo na população ocupada na RMS. O aumento no número de trabalhadores negros e a diminuição dos trabalhadores brancos nessa faixa de estudos foram dois efeitos contrários que atuaram em uma tendência a mudança do padrão de escolaridade dos grupos de cor. No entanto, para que essa mudança aconteça de forma realmente significativa, é preciso a implementação de políticas públicas com o objetivo de alterar esse padrão na base da educação, dada a significativa diferença entre brancos e negros nas duas primeiras faixas, que indicam um baixo nível de escolarização formal.

¹⁴ Menos de 4 anos de estudos: analfabetos e alfabetizados com poucos anos de estudo; Menos de 8 anos de estudos: até o 1.º grau incompleto; mais de 11 anos de estudo: a partir do 2.º grau completo.

Tabela 16 : Tempo médio de escolaridade: brancos e negros ocupados
RMS / 1997-2001

| Ano | Branco | Negro | Branco/Negro |
|-------------|---------------|--------------|---------------------|
| 1997 | 10.47 | 7.18 | 1.46 |
| 1998 | 10.61 | 7.46 | 1.42 |
| 1999 | 10.65 | 7.66 | 1.39 |
| 2000 | 11.09 | 7.89 | 1.41 |
| 2001 | 11.01 | 8.31 | 1.32 |

Fonte: PED - PMS Elaboração Própria

Quanto a relação entre os anos de estudo médio dos trabalhadores ocupados brancos e negros (Tabela 16), assim como o que foi verificado na população total do Brasil, ocorreu uma queda nas diferenças entre os grupos raciais, apesar de não ocorrer de maneira realmente significativa.

Apesar de um pequeno aumento na relação entre os anos de 1999 e 2000, no final do período, a razão observada em 2001 é menor do que no início do período estudo. O motivo para a queda dessa relação se encontra no fato de o aumento do tempo médio de estudo do trabalhador negro nos dois últimos anos ter ocorrido em uma proporção maior do que o crescimento do que o no grupo dos trabalhadores brancos.

4.5 ESCOLARIDADE *versus* RENDA:

Quanto a relação entre a escolaridade média dos trabalhadores ocupados na RMS e o rendimentos médio auferido por eles, a análise dos dados (Tabela 17) revela que, à medida em que os anos médios de estudo aumentam, o trabalhador branco obtém um salário médio cada vez maior do que os negros. Dessa forma, a distância entre brancos e negros se acentuam, com exceção da última faixa, em que a distância diminui.

Tabela 17: Rendimentos* médios: razão entre brancos e negros ocupados de 0 a 18 anos de estudo - RMS / 1997-2001

| Anos de Estudo ¹⁵ | Rendimento Médio | | |
|------------------------------|------------------|---------|--------------|
| | Branco | Negro | Branco/Negro |
| S/estudo | 208.19 | 178.38 | 1.17 |
| 1 a 4 anos estudo | 335.19 | 226.38 | 1.48 |
| 4 a 8 anos estudo | 399.28 | 276.53 | 1.44 |
| 8 a 11 anos estudo | 728.04 | 449.13 | 1.62 |
| 11 a 15 anos estudo | 1135.46 | 693.92 | 1.64 |
| 15 a 18 anos estudo | 1913.26 | 1527.03 | 1.25 |

Fonte: PED-RMS Elaboração Própria

*Valores reais de março de 2002

Mesmo sem qualquer nível de instrução, um trabalhador branco ganha 17% a mais do que um trabalhador negro no mesmo patamar de escolaridade. As diferenças são mais sensíveis nas faixas de 8 a 11 anos de estudo e 11 a 15 anos de estudo, em que os trabalhadores brancos ganham um salário médio 62% e 64%, respectivamente, maior do que o salário médio do trabalhador negro. Como se vê, o esforço do trabalhador negro para atingir níveis mais altos de escolaridade não resolve o problema da diferenciação dos seus rendimentos em relação aos trabalhadores brancos.

A Tabela 18 procura fundamentar melhor essas afirmações, ao apresentar a proporção em que o rendimento médio do indivíduo, em cada nível de escolaridade, aumenta em relação àqueles que não possuem qualquer nível de instrução.

Para brancos e negros, a passagem para o nível superior completo possibilita a maior proporção de aumento de rendimento verificado. Os trabalhadores brancos ocupados com 15 a 18 anos de estudo recebem cerca de 9 vezes a mais do que os trabalhadores brancos

¹⁵ S/estudo: analfabetos;

1 a 4 anos de estudo: poucos anos de estudo;

4 a 8 anos de estudo: até o 1.º grau completo;

8 a 11 anos de estudo: até o 2.º grau completo;

11 a 15 anos de estudo: até o nível superior completo;

15 a 18 anos de estudo: pós-graduação e mais.

sem qualquer grau de instrução. Os indivíduos negros, nessa mesma faixa de escolaridade, recebem cerca de 8 vezes a mais do que os trabalhadores negros que nunca chegaram sequer a frequentar a escola.

Tabela 18: Rendimento médio: proporção de aumento em relação aos trabalhadores sem instrução segundo a cor / RMS - 2001

| Anos de Estudo | Proporção sobre a menor escolaridade | | |
|-----------------------|---|--------------|---------------------|
| | Branco | Negro | Branco/Negro |
| S/estudo | 1.00 | 1.00 | 1.00 |
| 1 a 4 anos estudo | 1.61 | 1.27 | 1.27 |
| 4 a 8 anos estudo | 1.92 | 1.55 | 1.24 |
| 8 a 11 anos estudo | 3.50 | 2.52 | 1.39 |
| 11 a 15 anos estudo | 5.45 | 3.89 | 1.40 |
| 15 a 18 anos estudo | 9.19 | 8.56 | 1.07 |

Fonte: PED-RMS **Elaboração Própria**

***Valores reais de março de 2002**

Novamente os valores extremos mais altos de rendimentos da população branca, agora na população ocupada da RMS, provoca uma desigualdade interna nesse grupo maior do que a desigualdade interna dos negros.

A razão entre brancos e negros, da proporção em que o rendimento do indivíduo, em cada nível de escolaridade, aumenta em relação àqueles que não possuem qualquer nível de instrução, revela, na última faixa, que as diferenças em relação aos rendimentos dos grupos de cor diminuam. A passagem da escolaridade média do intervalo de 11 a 15 anos de estudo para o intervalo de 15 a 18 anos de estudo apresenta um aumento de ganhos mais significativos para a população negra. Portanto, o chamado "efeito diploma" é proporcionalmente mais alto para a população negra.

5 CONCLUSÃO

Os resultados desse trabalho monográfico reforçam, para a década de noventa, as evidências de desigualdades entre brancos e negros, desde quando a variável cor tem sido considerada um importante "catalisador" nas diferenças encontradas no mercado de trabalho brasileiro. A dimensão racial e seus efeitos na distribuição de oportunidades educacionais e na distribuição de renda são muito grandes entre os diferentes grupos da população.

No mercado de trabalho brasileiro, a relação entre as taxas de desemprego e participação de trabalhadores brancos e negros mostrou uma convergência entre os grupos raciais, na última década. Na RMS, esses indicadores revelaram uma certa estabilidade, sem mudanças muito significativas.

Apesar da controvérsia dos indicadores de participação e desemprego na RMS e no Brasil como um todo, continua no mercado de trabalho brasileiro a existência de muitas "linhas" de oposição entre brancos e negros. Na década de noventa, o crescimento da taxa de desemprego, o aumento da precariedade e da informalização parecem não ter alterado a hierarquia dos grupos de cor em suas colocações no mercado de trabalho. Os trabalhadores negros, apesar de estarem mais pressionados a participação e entrarem mais cedo no mundo do trabalho, encontram maiores obstáculos para sua inserção, além de estarem mais sujeitos a formas de participação instáveis e precárias e a ocupações de baixo prestígio na estrutura das ocupações.

A distribuição de renda no Brasil sempre apresentou níveis de iniquidade altamente elevados e uma relativa estabilidade ao longo das últimas quatro décadas. Os negros continuam, na última década, a situarem-se no segmento de menor renda per capita. Os dados estatísticos revelam que, a população negra, apesar de se apresentar em menor número na população brasileira total, representa quase dois terços da população pobre e indigente.

Tanto na população brasileira total, quanto no mercado de trabalho na RMS, os valores extremos apresentados pela parcela mais rica da população branca têm um importante papel na diferenciação dos rendimentos, fazendo com que a desigualdade interna desse grupo seja maior do que a observada na população negra.

Ao lado desse quadro, temos uma melhora do contínuo dos indicadores educacionais, especialmente na última década, de modo que a RMS segue essa tendência verificada no país. Observou-se uma diminuição de pessoas nos estratos inferiores de escolaridade e um aumento de pessoas nos estratos superiores, mas, ao se levar em consideração a heterogeneidade racial existente, nota-se que os brancos fazem esse percurso com uma facilidade muito maior.

O fato de os trabalhadores brancos estarem mais instrumentalizados em termos de educação formal os colocam em melhores condições para competir no mercado de trabalho, alcançando um nicho ocupacional em que existem ocupações cujos rendimentos são mais elevados.

Na Região Metropolitana de Salvador nota-se, entre os trabalhadores ocupados negros, uma certa estratégia de mobilidade, dado os seus esforços para se avançar nos níveis de escolaridade. No entanto, esses esforços ainda não conseguiram mostrarem-se suficientes para reverterem as diferenças entre os grupos de cor. É interessante notar que, mesmo estando em maior quantidade na faixa de escolaridade de pessoas com mais de 11 anos de estudo, e com crescimento gradativo ao longo da década, os trabalhadores negros na RMS experimentam desigualdades marcantes no que se refere aos rendimentos auferidos em relação ao trabalhador branco

Para a população brasileira total, a faixa de pessoas mais jovens, cuja frequência à escola é obrigatória, as diferenças entre os grupos raciais tem diminuído de maneira mais significativa. Quanto ao atraso escolar as mudanças entre as participações relativas de brancos e negros passam a ocorrer de maneira mais expressiva após a implantação do Plano

Real, de modo que os indivíduos brancos tem conseguido sanar o problema do atraso escolar com uma maior facilidade que o negro

Ao se comparar a população brasileira total e os trabalhadores ocupados na RMS em relação ao tempo médio de estudos, nota-se que os últimos são melhor escolarizados, Apesar do aumento dessa média ter acontecido em uma proporção maior para os negros, tanto para o Brasil como para a RMS, isso não ocorreu de forma a mudar o padrão da escolaridade entre os grupos raciais.

Apesar dos avanços, a análise de dados prova que ainda existe uma forte não-democratização da educação na RMS. O atributo pessoal cor, influencia decisivamente na valorização do trabalhador, influenciando na dispersão de rendimentos dos trabalhadores ocupados e o baixo nível de escolarização formal reflete substancialmente na distribuição desigual de renda entre os grupos raciais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Sérgio G. Relações entre rendimento e qualificação: explorando os dados da PED – RMS. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v.8, n. especial, p. 363-378, 1997.

BAIRROS, Luíza. O negro na força de trabalho. caderno do CEAS. Salvador, n.º 104, 1985, p. 55-63.

BAIRROS, Luíza; CASTRO, Nádyá; BARRETO, Vanda Sá. Vivendo em sobressalto. Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Editora Annablume. p. 41-66, 1998.

BARRETO, Vanda Sá. Novos padrões tecnológicos. Desigualdades raciais e novas exclusões. Bahia Análise & Dados. Salvador, v.3, n. 4, p. 14-17, março 1994.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: Henriques, Ricardo (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, p. 405-423, 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, jun. 2001 (Texto para discussão, n. 800). Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: mar. 2002.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Brasília: IPEA, jan. 2002 (Texto para discussão, n. 875). Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: julho 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. Avanços de Pesquisa de Igualdade e diversidade no trabalho. In: Trabalho e Desigualdades Étnico-Raciais. Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo. São Paulo, v. 5, n. 10, p. 121-133, 1999.

CASTRO, Nádyá A. Trabalhadores brancos num mercado negro e negros num mercado branco. Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Editora Annablume, 1998.

CHAVES, André Luiz Leite. Determinação dos rendimentos da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma verificação empírica da Teoria do Capital Humano. Disponível em: www.fee.tche.br/eeg/artigos/MESA%204%20CHAVES.doc . Acesso em: 25/08/2002.

COELHO, Allexandro Mori; CORSEUIL, Carlos Henrique. Diferenciais salariais no Brasil: um breve panorama. Brasília: IPEA, jan. 2002 (Texto para discussão, n. 898). Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: agosto 2002.

DIEESE. Os trabalhadores negros no Brasil. Disponível em: www.dieese.gov.br. Acesso em: 15/08/2002

EHRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert S. A moderna economia do trabalho. Teoria e política pública. Macron Books, 2000.

FERNANDES, Reynaldo; NARITA, Renata Del Tedesco. Instrução superior e mercado de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1999, Belém - PA: Anais... Belém, PA: ANPEC, 1999, v. 3.

FERREIRA, Francisco H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: lutas de classes ou heterogeneidade educacional. Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, p. 131-158, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Racismo e anti-racismo no Brasil. Novos Estudos CEPRAP. São Paulo, n. 43, p. 26-44, novembro 1995.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Baianos e paulistas: "escolas" de relações raciais? Revista de Sociologia da USP. São Paulo, n.11, p. 75-95, maio 1999.

HASENBALG, Carlos A. Tendências de desigualdade educacional no Brasil. Dados. São Paulo. v. 43, n. 3, 2000.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: IPEA, jun. 2001 (Texto para discussão, n. 807). Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: mar. 2002.

INEP. Desempenho do sistema educacional brasileiro: 1994 -1999. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 25/04/2001.

INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL. Mapa da população negra no mercado de trabalho: regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal. São Paulo: INSPIR, DIEESE, 1999.

LANGONI, Carlos I. S. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LIMA, Gabriel de; SALGADO, Eduardo. Globalização fase 2: as chances do Brasil. Revista Veja: 5 de fevereiro, 2003.

LOPES, Vítor César Ribeiro. Diferenciações de rendimentos na RMS. Dissertação (Mestrado em Economia) UFBA, 1994.

MENEZES, Jaci. Educação e cor-de-pele na Bahia. O acesso à educação de negros e mestiços. Bahia Análise & Dados. Salvador, v.3, n. 4, p. 82-99, março 1994.

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. USP: 2001.

NASCIMENTO, Jorge Emanuel Oliveira. Algumas considerações sobre as desigualdades raciais do mercado de trabalho na RMS. Dissertação (Graduação em Economia) UFBA, 1997.

POCHMANN, Márcio. Desigualdade dos rendimentos: o que há de novo? Força de Trabalho e Emprego. Salvador, v.15, n.1, p. 4-19, abr.1998.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lúcia. Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes. Brasília: IPEA, jun. 2001 (Texto para discussão, n. 803). Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: março 2002.

RAMOS, Lauro. A distribuição de rendimentos no Brasil 1976/85. Rio de Janeiro, IPEA, 135p.

ROCHA, Sônia. A investigação do rendimento na PNAD - comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000. IPEA, ago. 2002 (Texto para discussão, n. 899). Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: agosto 2002.

SANSONE, Lívio. A internacionalização da cultura negra: jovens pobres no Brasil e na Holanda. Revista da USP: 2001

SANTOS, Luiz Chateaubriand C. Trabalha, trabalha negro: participação dos grupos raciais no mercado de trabalho da RMS. Bahia Análise & Dados. Salvador, v. 10, n. 4, p. 169-176, março 2001.

SERVO, Luciana M. S. Diferenças de salários no Brasil: uma análise para as regiões metropolitanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1999, Belém - PA: Anais... Belém, PA: ANPEC, 1999, v. 3.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados. São Paulo. v. 43, n. 3, 2000.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. Relações raciais no Brasil contemporâneo. São Paulo: 1994.

WERLANG, Sérgio Ribeiro da costa; LEAL, Carlos Ivan Simonsen. Educação e distribuição de renda. In: CAMARGO, José Márcio (org.). Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

